Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Simon Schwartzman

levantamento de dados: Equipe

pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Patrícia Campos de Sousa

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Washington - DC - Eua

data: 15/06/1978

duração: 3h 45min

fitas cassete: 04

páginas: 84

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "HISTÓRIA da ciência no Brasil: acervo de depoimentos" / Apresentação de Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Finep, 1984.

A escolha do entrevistado se justificou por sua trajetória profissional. Farmacêutico de formação, foi fundamental no setor de pesquisa cientifica nas áreas da Química e da Biologia, além de destacada carreira acadêmica e política.

temas: Administração Pública, Associações Profissionais, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Bolsa de Estudo, Cooperação Científica E Tecnológica, Educação Artística, Ensino Secundário, Ensino Superior, Farmácia, Física, Golpe de 1964, Governo Federal, Governos Militares (1964-1985), História da Ciência, Indústria, Mercado de Trabalho, Minas

Gerais, Ministério da Educação E Cultura, Partido Trabalhista Brasileiro, Professores Estrangeiros, Química, Reforma Educacional, San Tiago Dantas

Sumário

Origem familiar e primeiros estudos; o início da vida profissional: as aulas no Colégio Anchieta; o curso da Faculdade de Farmácia da UFMG; os cursos de química da Escola de Engenharia e da Faculdade de Farmácia da UFMG; a experiência como professor secundário; a opção pela química e o início da carreira docente; a transferência para São Paulo; a missão de professores estrangeiros da USP e o desenvolvimento da química inorgânica no país; a orientação de Quintino Mingoia; o concurso para livre-docente da Faculdade de Farmácia da UFMG; o contato com Mingoia, Rheinboldt e Hauptmann; a bibliografia especializada de sua época; a instalação do laboratório da Faculdade de Farmácia; o curso de química orgânica ministrado nessa faculdade; as pesquisas sobre compostos curarizantes; os concursos para catedrático das Faculdades de Farmácia e Filosofia da UFMG; o pós-doutoramento na Itália: a orientação de Mingoia, a bolsa de estudos, os trabalhos sobre o curare; a criação do Instituto de Química Básica da UFMG; a contratação de Otto Gottlieb por esse instituto; o inbreeding na UFMG; o Instituto de Química Agrícola; o concurso para catedrático da UFMG; o curso de química da Escola Politécnica de São Paulo; a importância e os limites dos trabalhos de Gottlieb sobre produtos naturais; a síntese química; a experiência de Carl Djerassi no México; a química de produtos naturais no Brasil; a fabricação de enzimas em Minas Gerais e a experiência de industrialização da insulina; o grupo de bioquímica da Faculdade de Medicina da UFMG; o mercado de trabalho para o químico em Belo Horizonte; os cursos de química das Faculdades de Filosofia e Farmácia e da Escola de Engenharia da UFMG; a influência de Fritz Feigi no Brasil; as primeiras pesquisas brasileiras sobre o curare: os estudos de João Batista de Lacerda; a síntese de produtos naturais: a contribuição de Gottlieb; a situação da química no Brasil: a falta de líderes; a contribuição atual da física e a perda de prestígio da química; as associações profissionais de química e a participação do entrevistado nessas entidades; o mercado de trabalho para o químico; a indústria farmacêutica nacional; o ingresso de Aluísio Pimenta no PTB e o contato com Santiago Dantas; a candidatura para a reitoria da UFMG e a campanha oposicionista de Orlando de Carvalho; o programa de reformas para a Universidade; a nomeação e a posse; a instabilidade de sua administração após 1964; o programa de reformas: a criação dos institutos centrais e a ampliação do número de vagas da Universidade; as verbas da reitoria e a criação do Conselho de Pesquisas da UFMG; o Colégio Universitário; o movimento militar de 1964 e as comissões de inquérito nas universidades; a intervenção na UFMG em 1967; os estatutos da Universidade e a administração de Aluísio Pimenta; as relações com o MEC; a atividade artística na UFMG; o Colégio Técnico; a participação da comunidade universitária na reforma da UFMG; o apoio do governo federal e do BID a essa universidade; o contato da UFMG com as demais universidades; a experiência da reforma mineira e a Reforma Universitária de 68; a intervenção do Conselho Federal de Educação nas universidades.

1ª Entrevista com Aluísio Pimenta

Washington, 15 de Junho de 1978

Entrevistador pelo GEDEC: Simon Schwartzman

GEDEC – Gostaríamos de começar perguntando sobre sua carreira: onde estudou, onde se formou, influências que teve.

A.P. – Sou do interior, um lugar muito pequeno no nordeste de Minas Gerais; família muito grande com dez irmãos (cinco homens e cinco mulheres). Lutamos com muita dificuldade. Meu pai era prático de farmácia e minha mãe era professora das Escolas Reunidas. Então fui estudar num colégio da Vila de Conceição do Mato Dentro, de lá passei para um outro colégio do interior de Minas, Nilo Peçanha, e depois fui estudar em Belo Horizonte. Minha idéia era estudar farmácia para substituir meu pai, ou exercer a profissão com ele. Mas, em Belo Horizonte, tive que trabalhar para estudar. Comecei na Drogaria Araújo das dez a meia da noite, e isso era muito pesado.

GEDEC – Em que ano foi isso?

A.P. – 1940.

GEDEC – O senhor estava entrando em que nível?

A.P. – No chamado curso vestibular. Naquela época, a pessoa fazia anos de escola vestibular e depois entrava na Universidade. Mas era muito pesado. Então eu quis dar umas aulas e meu irmão arranjou para eu dar aula de geografia e matemática no curso de admissão no então Colégio Anchieta.

Aí veio a chamada Reforma Capanema. Eu fazia o primeiro ano do vestibular da Escola de Farmácia e a Reforma acabou com o curso vestibular e criou o científico e o clássico.

Naquele tempo existia o chamado Colégio Universitário em todas as faculdades. O curso da Farmácia servia para medicina, farmácia, odontologia, etc. Com a criação do científico e do clássico houve necessidade de muitos professores. Estudando e trabalhando em Belo Horizonte, eu, na verdade, tinha que me dedicar muito no estudo em casa. Aí me chamaram do Colégio Anchieta. Um estudante de medicina, que era professor de física, teve um incidente lá com o diretor e parou de dar aula imediatamente. Como souberam que eu me dedicava muito ao estudo de física e química, me chamaram para substituir esse professor, que naquela época estava dando aula no equivalente à quinta série.

Aí é que você vê. Eu era um estudante muito pobre, fazendo o primeiro ano do Colégio Universitário. Existia aquela coleção do SPB, uns livros muito bons, traduzidos dos colégios da França, que continham uma série de problemas de física e química muito difíceis. Eu vinha me dedicando ao estudo dessas duas matérias sozinho, era uma espécie de autodidata, e tinha conseguido resolver todos os problemas dessa coleção. E alguns eram bastante difíceis.

Aí me chamaram para dar essas aulas, e eu precisava daquilo para viver porque tinha dez irmãos. Um dos meus irmãos já estudava medicina lá e me ajudava um pouco. Lembro que fui dar essas aulas no Colégio Anchieta onde quase todos os alunos eram da minha idade. No curso noturno eles eram ainda mais velhos do que eu. Eu tinha começado a estudar muito novo, tinha 17 anos nessa época.

Era um absurdo um colégio me convidar. Mas a realidade é que fui dar essas aulas de física. Na primeira aula os alunos, por sorte minha, apresentaram os problemas mais difíceis da coleção do SPB. Lembro que tinha um problema do trem na curva, que era de cinemática e, ao mesmo tempo, de atrito. Resolvi aquilo com muita facilidade porque era uma coisa que eu conhecia muito bem. Então fui bem, e, de imediato, ganhei a confiança dos estudantes. Nesta época, eles passaram a me pagar 230 mil réis, que, para mim era um dinheirão. Eu pagava 130 de pensão e dez mil para lavar roupa.

E então passei a dar aulas de química e de física lá no Colégio Anchieta e, em seguida, passei a dar aulas de química e de física também no Colégio Santo Agostinho. Assim completei o vestibular, passei para a Faculdade de Farmácia e fiz o curso me dedicando muito, já nessa época, à parte de ciências exatas. Quer dizer, eu, sozinho, já me dedicava a um estudo um pouco mais avançado de física, de química e de matemática.

Porém não existia, na Faculdade de farmácia, um curso de matemática, o que me fazia muita falta. Então fui estudar com os que faziam engenharia, porque nessa época, não existia nenhum estudo de matemática fora da Escola de Engenharia; ainda não existia a Faculdade de Filosofia.

GEDEC – O senhor lembra de alguns professores dessa época?

A.P. – Claro. O Caio Líbano de Noronha Soares, por exemplo, era um professor de física muito bom; o Lourenço Menicúcio Sobrinho era um excelente professor de química – está aposentado agora. Era professor de química analítica também; no começo nos faltava base em química inorgânica; e ele deu um curso de química inorgânica muito bom.

GEDEC – Você sabe onde ele tinha aprendido química?

A.P. – Sim, claro. Primeiro ele estudou no Granberry, de Juiz de Fora, e depois em Lavras, não me lembro o nome, mas também era um colégio de missionários americanos. O Menicúcio formou-se em química em Belo Horizonte, mas foi muito bom aluno do Schaefer. O Shaefer fazia parte daquele grupo que veio para o Brasil depois da primeira guerra, um grupo parecido como o que foi para São Paulo, dar aulas na Filosofia. Épocas, evidentemente, diferentes. Esse grupo foi para Belo Horizonte nos anos 20 e o Menicúcio foi aluno sobretudo do Holt, que era um professor muito bom.

GEDEC – Otto Holt?

A.P. – Sim. E há um episódio muito interessante: ele fez concurso na Escola de Engenharia Militar e perdeu porque havia uma lei no Brasil que dizia que você tinha que dar uma aula de 50 minutos improrrogáveis e irredutíveis. Ele deu a aula em 45 minutos e disse: “terminei o assunto”. Aí o pessoal disse: “não, você não pode terminar agora”. Ele falou mais uns dois minutos e disse: “não, eu terminei e pronto.” Perdeu o concurso. Um episódio, aliás, ridículo.

O Menicúcio era um professor dessa época muito bom. Era professor da Engenharia onde também havia o curso de química. Você só tinha duas opções para estudar química: na Farmácia ou na Engenharia, sendo que nesta última o curso não valia muito a pena porque era o mesmo curso de Engenharia com relativamente muito pouca química. E o curso, realmente, não oferecia nenhuma oportunidade ao pessoal da Farmácia.

Eu não fui para a Escola de Farmácia por causa do curso de química, eu fui estudar farmácia. O curso era bastante razoável e tudo, tive muito mais facilidade na parte de medicina e de química, e procurava orientação fora. O Menicúcio, por exemplo, me orientou muito, assim como o professor Alberto Teixeira Paz, que também foi aluno de professores alemães, do Otto Holt e do Schaefer.

GEDEC – Mas esse grupo estava ligado à Escola de Engenharia, não é?

A.P. – Mas o Holt dava aula também na Escola de Farmácia. O professor Teixeira Paz, por exemplo, estudou na Escola de Medicina que tinha, na época, um curso de farmácia também. Havia dois cursos de farmácia; o ligado à medicina depois foi absorvido pela Escola de farmácia, quando foi criada a universidade. E lá lecionava o Schaefer. O Baeta Viana foi aluno também do Schaefer, mas não do Holt, quem aliás, o orientou no sentido da bioquímica. O Baeta sempre fez uma bioquímica analítica. Uma bioquímica que depois ele aplicou e fez contribuições no campo da bioquímica quantitativa muito aplicada à medicina, análises de sangue, de urina, essas coisas todas.

Durante meus estudos sempre lecionei. Um dos hábitos que criei, por exemplo, de levantar muito cedo, conservo até hoje. Era exatamente a necessidade de preparar minhas aulas, quer dizer, eu não podia fazer feio perante os alunos, e ao mesmo tempo, era aluno, tinha que me preparar como aluno também.

Mantive um certo nível de estudo bastante intenso, porque, ainda estudante, fui convidado a lecionar. E eu lecionava já nesta época no Colégio, então Anchieta, e no Santo Agostinho. Fui também convidado pelo professor Rui Cunha para lecionar física no Colégio Estadual. Naquela época, era uma grande honra você lecionar lá, tinha o João Martins, o Barcelos Correia, e em Minas Gerais, quase que era mais importante lecionar no Colégio Estadual do que na universidade; inclusive do ponto de vista econômico. O Colégio Estadual pagava um ordenado muito superior ao da universidade.

O curso de Farmácia, naquela época, era de três anos, e me formei já com orientação toda praticamente dedicado ao estudo de química. Nessa época minha tendência era voltar a colaborar com meu pai, mas entrei num certo entendimento com eles e fizemos uma espécie de conselho de família. Como a família era muito grande, nós fomos levando para Belo Horizonte os outros irmãos, e eu aí já ganhava relativamente bem, pois lecionava em três colégios.

E ficou resolvido que me dedicaria ao estudo de química e ao magistério e não voltaria ao interior. Meu irmão mais velho formou-se em medicina na mesma época em que me formei em farmácia. Mas ele voltou para o interior.

Fui imediatamente convidado para ser assistente na universidade de uma cadeira que, nessa época, chamava-se farmácia Química. Era a química dos medicamentos, que fazia a parte da análise química dos medicamentos. A idéia de dois professores da universidade era me preparar para ser professor de química orgânica da Faculdade, porque a cadeira estava vaga.

Um antigo professor meu, há 20 anos era livre docente. Naquela época, eles tinham que colocar a cadeira em concurso pelo menos de dois em dois anos, mas esse professor nunca entrava em concurso. Então me disseram: “olha, o professor fulano não quer fazer concurso, já disse que não quer fazer, então você se prepara e faz o concurso.” Nessa época fui convidado para ser professor de química orgânica e bioquímica na Faculdade de Filosofia, a mesma cadeira que estava vaga na Faculdade de Farmácia e para a qual não havia sido indicado catedrático.

Com a fundação da Faculdade de Filosofia, exatamente nesses anos, eles indicaram os alemães como professores catedráticos. O Baeta Viana havia sido indicado para essa cadeira mas não tinha aceitado ser professor na Filosofia.

GEDEC – Por que não?

A.P. – Não sei por que ele não aceitou. O Baeta era um elemento um pouco difícil sabe. Difícil no trato, essa coisa. Talvez pudesse ter sido a razão desse...

GEDEC – Ele era da Escola de Medicina?

A.P. – Era. E isso é uma coisa interessante a ser considerada porque o Baeta Viana esteve na Universidade de Cornell. Essa é uma das grandes universidades americanas, tem um setor de bioquímica formidável, e é considerada a melhor Escola de Veterinária que existe aqui em Medicina Veterinária. E o Baeta fez discípulos na Faculdade de Medicina.

Mas eles sempre emigravam de Belo Horizonte. Fora da Medicina ele não fez ninguém. O Baeta, realmente, não era desses elementos com capacidade para formar escolas. Nós procurávamos nos aproximas dele, mas era sempre um pouco difícil. A única coisa que a gente fazia era aproveitar a biblioteca da Medicina que, naquela época, era a melhor biblioteca da universidade, no setor de bioquímica.

Quando comecei a estudar mais intensamente ciências exatas dedicava mais à química orgânica. Depois vi que em Belo Horizonte era muito difícil e o tempo ia passando. Eu estava sendo preparado, quer dizer, porque haviam me proposto para professor de química orgânica e bioquímica da Faculdade, e eu já via outra perspectiva na própria Faculdade de Filosofia. Então fui para São Paulo por minha conta. Naquela época não havia possibilidade de pensar em qualquer ajuda. Então resolvi fazer o seguinte...

GEDEC – Isso foi em que ano?

A.P. – Isso... eu me formei em 1945. Em 1946 fui para São Paulo estudar com o professor Quintino Mingoglia, um italiano que veio com esse grupo. Ele era amigo do Wattaghin e do Levi que também era da Faculdade de Filosofia, professor de química analítica; foi um grupo que veio naquela época...

GEDEC – Do velho Humboldt?

A.P. – O grupo da Filosofia tinha o Humboldt, grande professor; no meu modo de entender, um dos melhores elementos de química que já existiu no Brasil. Ele não só tinha uma grande formação de química orgânica, como ao mesmo tempo, era professor com grande base de química inorgânica, e analítica. Até hoje falta química inorgânica no Brasil.

GEDEC – Como é que se chamava o outro alemão que veio com ele?

A.P. – Hauptman. O Hauptman veio trazido pelo Humboldt e depois o substituiu como professor de química orgânica. Mas o Humboldt ficou si no setor da química. Esse é um fato interessante porque daí a Faculdade de Filosofia fez um certo grupo de professores de química inorgânica. Mas é um setor que até hoje é o mais fraco do Brasil. deveria ter uma importância muito grande num país com as grandes possibilidades no setor, por exemplo, de minério, essa coisa toda, entretanto...

GEDEC – Você tem alguma idéia de por que aconteceu isso:

A.P. – É nossa tradição, até hoje, que a tipologia da universidade brasileira seja a de uma federação de escolas profissionais. A pessoa fazia seus estudos pensando no que poderia ganhar em termos de profissão; Ora, a indústria de química era muito fraca. Então, qual era o setor que podia levar a algum exercício na atividade? Era Medicina ou as Ciências Médicas relacionadas. A própria análise de minérios, então, era relativamente pequena. Nossa indústria do aço era muito incipiente.

GEDEC – A gente ouve falar também, em algumas dessas conversas, que faltou ao grupo de química de São Paulo uma formação mais moderna de química. Porque o Humboldt, apesar de ser uma pessoa muito bem formada, era essencialmente um químico tradicional, que não incorporava a química matemática, físico-química, e todas as dimensões mais modernas da química.

A.P. – Não sei. Pode ser verdade. A realidade é o seguinte, é que, naquela época, mesmo nesse setor de química mais moderna, ele deu sua contribuição, mandaram pessoas estudar fora e tal. Mas, realmente eu nunca meditei sobre esse problema; pode ser realmente verdade porque, no final, talvez seja essa uma das razões de não se ter desenvolvido um bom grupo de química inorgânica, quer dizer, até hoje existe essa falta.

Interessante é que mesmo no campo da própria química orgânica, p Humboldt, que era um elemento da chamada química orgânica clássica, um professor competentíssimo e essa coisa toda; mas no próprio setor do mecanismo de reação e tudo, o próprio Hauptman era seu discípulo, e tinha um pouco mais de tendência à química teórica. O Humboldt, no fim, tinha uma espécie, não digo de ciúmes, mas ele não via com muito bons olhos a promoção do Hauptman.

GEDEC – Vamos voltar um pouco ao Mingoglia e ao seu trabalho com ele.

A.P. – Escrevi a ele de Belo Horizonte dizendo que estava precisando de orientação e tal, e fui muito franco. Eu disse: “professor Mingoglia, eu queria aprender a ler química com seriedade porque sou autodidata em química, já que a orientação que recebi em Belo Horizonte era de gente de muito interesse, mas que também nunca teve uma escola no sentido,

inclusive, de ler química com seriedade, enfrentar uma bibliografia, essa coisa toda.”

Então perguntei se ele estava disposto a me receber, porque eu estava realmente querendo estudar, e sabia da formação dele nesse setor. Então ele disse para eu ir, e fui por conta própria, e fiquei trabalhando na Faculdade de Farmácia na qual ele era professor de química orgânica. Ele trabalhava também no Laboratório Paulista de Biologia.

Não havia ninguém em São Paulo, nessa época, que fizesse sínteses orgânicas, e ele passou a fazer sínteses, que para mim, foi uma excelente experiência. Eu estudava a parte farmacológica no Instituto Biológico. Havia seminários todas as semanas e ele ofereceu, a mim e a um outro professor participar desses seminários. Esse outro era um excelente professor de química orgânica em São Paulo, ele morreu...

GEDEC – Quem era?

A.P. – O professor Paulo de Carvalho Maria. Nós dois estudávamos com o Mingoglia. Ele era um professor sem filhos e nos adotou quase como se fossemos filhos espirituais, nos deve orientação, etc.

GEDEC – Você não estava matriculado regularmente?

A.P. – Não. Fui para lá para estudar por minha conta. Lembre-se que naquela época não havia curso de pós-graduação no Brasil. Nenhum, nenhum. Para o doutoramento, você apresentava a tese e a defendia. A minha, aliás,

mesmo nesse estilo, foi uma coisa excepcional. Eu coloquei ao professor Mingoglia uma série de questões; por exemplo, que a universidade me pressionava para fazer o concurso de livre docente imediatamente, quer dizer, com apenas dois anos de formado. Ele ficava horrorizado com isso: “Como você pode fazer um concurso de livre docente se você com dois anos apenas está começando na química:”

No fundo eu estava totalmente de acordo. Mas acontece o seguinte, se eu não fizesse o concurso de livre docente não podia assumir a cadeira, e a universidade não tinha interesse de que eu a assumisse. Nessa época não dava tempo para fazer uma tese experimental. O Mingoglia então fez várias coisas interessantes para mim e para esse rapaz, o Paulo de Carvalho.

Nós tínhamos que ter a bibliografia básica de química orgânica, que era uma grande novidade. Eu, por exemplo, fiz meu curso na universidade, e a parte prática era realmente pequena. O Mingoglia era italiano e também tinha estudado na Alemanha. Trabalhando na indústria farmacêutica, ele foi pioneiro numa série de síntese para esse Laboratório Paulista de Biologia. Por outro lado, ele nos levou a estudar estruturas químicas que pudessem ter aplicação biológica. Nós fazíamos síntese de sulfanilamida e de uma série de substâncias que, no Brasil, eram praticamente impossíveis de serem feitas naquela época. Ele também me colocou em contato com as revistas científicas que recebia e que era uma coisa nova pois em Belo Horizonte não tinha nada. Na faculdade ele já recebiam as revistas básicas, Na verdade você tem que ter um mínimo de estudo de alemão para ler. Não se pode estudar química sem pelo menos ler alemão corretamente, porque a bibliografia básica era a Beilseteim, uma obra clássica da química. Todas as substâncias e sínteses descobertas estão descritas no Beilsetein.

O Beilsetein era a obra básica, com índice por fórmulas (carbono, hidrogênio, oxigênio, nitrogênio, fósforo, etc.) e era fundamental.

Por pressão da Faculdade, eu tinha de estar de acordo com seus professores para fazer o concurso. Então procurei fazer uma tese teórica. Eu disse ao Mingoglia que desde os meus tempos de estudante e de professor, com boa base de física, queria fazer um estudo sobre uma coisa muito nova que eu conseguira estudar relativamente bem: o fenômeno da ressonância em química.

O fenômeno da ressonância era muito conhecido em física, mas uma coisa novíssima em química. Então eu fiz uma tese chamada “A Estrutura Eletrônica dos Compostos Orgânicos e o Fenômeno da Ressonância”. Eu peguei algumas publicações, alguém veio aos Estados Unidos e pedi para me comprar uma série de livros bons que conhecia de referência. Tudo era uma grande novidade para nós.

Um professor de Faculdade, naquela época, ganhava pouco mais do que uma professora primária. Todo mundo era professor de dar aquela aulazinha e ir embora. Eu era professor em tempo integral, mais de química do que de física, no Colégio Estadual (onde me concentrei mais). Eu lecionava física também. Mas no curso noturno. A minha tese teve grande dificuldade para encontrar examinador porque, realmente, era um assunto que ninguém entendia. E tive que dar os meus livros para os professores, membros da Faculdade.

GEDEC – Quem fazia parte da banca?

A.P. – A banca examinadora foi o professor da Faculdade, o Lourenço Manicúcio Sobrinho, o professor Teixeira Paz, da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, e o Otto Holt, que nessa época era professor da Faculdade de Química da Universidade Federal, da então Universidade do Brasil. E fui aprovado.

Naquela época, você tinha uma vantagem: quando fazia o concurso de livre docente ou de catedrático, recebia-o título de doutor porque tinha que defender uma tese. Fiz o concurso e fui bem demais já que fui aprovado com nota 10.

E era desses concursos em que você fazia uma prova escrita com ponto sorteado, e uma prova prática feita na frente de um grupo de cinco professores, com assunto sorteado: preparar e identificar um composto orgânico. Você sabe, a pessoa mais competente do mundo, pode até tirar zero. Qualquer coisa pode acontecer numa experimentação dessa, tudo pode vir abaixo, e isso não quer dizer que você não sabe aquilo. Entretanto, se eu não chegasse a um composto com rendimento determinado e o identificasse, seria um fracasso.

E tinha também a aula, que você podia preparar com 24 horas de antecedência. Bem, fiz o concurso para livre docente, fui muito bem, o assumi a cadeira na Faculdade de Farmácia muito jovem porque me formei com 21 anos, Nessa época eu estava aos 23, uma coisa, aliás, absurda. Mas continuei muito ligado a São Paulo. Depois que estudei com o Mingoglia, minha carreira ficou muito mais ligada a São Paulo do que ao Rio, onde eu tinha poucos contatos. Eu estava ligado a São Paulo por causa do laboratório do Mingoglia na faculdade de Filosofia e na de Farmácia, mas também ao grupo da Filosofia. Fiquei conhecendo o Humboldt, o Hauptman, e me liguei muito a eles, aí já com muito mais facilidade porque

a Filosofia tinha uma biblioteca muito boa, recebia muitas revistas da França, dos EUA, etc.

É interessante notar que, apesar desses professores alemães e italianos, a nossa bibliografia era toda americana. Os livros que eu tinha estudado na Faculdade eram todos Franceses ou alemães traduzidos pela Editora Labor. Nessa época, pararam de publicar o Beilsentein. Então procuramos juntar o que tínhamos de bibliografia básica como o Beilsentein, e outras bibliografias básicas como a norte-americana, à qual tínhamos acesso. Isso foi durante a guerra. Logo depois da guerra a Alemanha retomou a publicação de livros na França isso aconteceu só uns quatro anos depois.

De modo que me formei em Farmácia sem ter nunca exercido a profissão. Em determinada época, por pouco tempo, me dediquei a uma indústria em Belo Horizonte, mas a coisa não foi para a frente. O negócio agora era fazer o concurso de catedrático para a Faculdade de Farmácia, e, uma segunda oportunidade, fazer o da Filosofia onde eu já lecionava sem ganhar nada.

A Filosofia não pegava aos professores. Depois é que conseguiram uma verba do governo e passou a pagar por hora, não sei se 20 mil réis, algo assim. Mas lecionei na Filosofia pelo menos uns três anos sem receber nada; e todos os professores também não recebiam nada.

Quando fiz o concurso para catedrático já tinha realizado a minha tese sobre síntese, orientado pelo professor Mingoglia. Ele me facilitou uma série de material que não existia em Belo Horizonte; ele pedia aos EUA, pois tinha muita facilidade para isso.

O pessoal da Filosofia, por exemplo, não tinha possibilidade de fazer análise em Belo Horizonte. Eu ia controlando os próprios intermediários da síntese através de análises quantitativas, análise elementares. Um parênteses aqui: nessa época, estudava na Faculdade de Filosofia o José Vargas; depois ele foi para São Paulo, onde ficou uma grande temporada. Acabou sendo aluno meu, uma pessoa brilhante. Bom, nesse ínterim, eu tinha preparado minha tese, tudo à minha custa, Não havia nada...

GEDEC – Não havia laboratório?

A.P. – Nada. Olha, na Faculdade de farmácia, montei um bom laboratório. A Lygia, minha mulher, fora minha colega (ela no primeiro ano, eu no último). Depois ela foi minha aluna no último ano quando fui ser assistente. Nós dois montamos um laboratório, trabalhando um pouco como artesões, para fazer destilação a vácuo. Afinal, ninguém fez química orgânica sem isso. Esta é a maneira de se purificar os compostos, ou, mesmo sódio de baixo ponto de fusão; é a única maneira de não se precisar lavar. E também para fazer, por exemplo, a destilação à baixa temperatura, porque os compostos se decompõem com facilidade. Ninguém fazia isso.

Lembro que, com uma trompa d'água fizemos um manômetro de mercúrio. O Menicúcio, que era uma pessoa de grande habilidade, ensinou muita coisa para mim e para a Lygia. Montamos o laboratoriozinho, ganhei umas coisas de São Paulo; e outras nós fomos fazendo assim... Montamos um laboratório decente. Quando fiz o concurso de livre docente, e assumi a cadeira, demos um curso revolucionário de Química orgânica. As pessoas paravam para ver as nossas aulas práticas, que eram uma coisa completamente nova.

Chegamos a fazer sínteses revolucionárias de química orgânica em Belo Horizonte, mas ninguém acreditava. O pessoal que trabalhava com o Baeta Viana em química biológica dizia que isso era impossível.

Foi, realmente, um campo revolucionário, pois os alunos passaram para coisas práticas, para a parte experimental. Eram coisas simples; por exemplo, pegávamos folhas e fazíamos trapões de alcalóides.

Na Universidade, quando estava com a minha tese pronta, sintetizamos uma série de compostos curarizantes de que resultou depois a minha ida para a Europa para estudar. Havia se descoberto a estrutura do curare, que era algo muito complexo. Lygia e eu a estudamos muito e publicamos mais de 30 trabalhos nesse setor. Em termos de complexidade de estrutura, só as proteínas são mais complexas. E você sabe que os índios, além de retirarem os stryknos, com os quais se prepara o curare, e onde estão presentes os alcalóides, eles misturavam e cozinhavam uma série de plantas, o que tornava ainda mais complexo fazer a extração do curare.

Já se descobrira que todos tinham a sua estrutura nas poliamidas. Então o seu trabalho de tese foi fazer a síntese dessas poliamidas e provar se eram mesmo uma *n* etil, *n* de etilaminas de cadeia de cinco ou mais átomos de carbono, se continha atividades curarizantes.

E, realmente, esses complexos se mostraram muito curarizantes. Fiz esta tese toda experimental, ficou uma coisa realmente boa, com características internacionais. Nisso tive uma orientação muito boa do professor Mingoglia e também do pessoal da Faculdade.

Eu já estava com a minha tese pronta e faltavam dois meses para terminar a inscrição do concurso de catedrático, quando a universidade foi federalizada. O Pedro Paulo Penido era reitor da universidade, e eu, livre docente da Congregação. Tive um choque com ele porque a universidade tinha uns certos problemas, e eu sempre tive um espírito muito inquieto, talvez por causa da idade. Nessa época eu devia estar com 25 anos. O Penido insistiu com esse meu antigo professor para fazer o concurso de catedrático. E ele, que durante 20 anos não quis fazer o concurso, resolveu fazê-lo. Para mim foi um choque medonho porque ia concorrer com o meu professor.

Para mim era um troço ultradesagradável, podia dar a impressão, para quem não conhecesse toda essa história, que eu estava concorrendo com o meu ex-professor. Foi um choque, mas, a essa altura, mesmo economicamente, eu não podia voltar atrás porque não tinha mais nada. O que eu ganhava nos colégios (porque na universidade eu não ganhava nada) havia gasta na tese. Consultei uns amigos e eles me disseram: “Não, a essa altura você não pode recuar, se você soubesse que o professor ia fazer, e se tivesse se inscrito com ele, então ficava desagradável, mas todo mundo sabia que ele não ia fazer o concurso.” E eu perguntei: “Gente, esse professor vai fazer concurso com que tese?”

Eu estava há quase cinco anos estudando só aquilo, só me dedicava aos estudos e a fazer esse trabalho. Ele tinha sido nosso professor, e era ainda jovem, tinha 30 anos, mas dava as aulas pelo caderninho dele. Ele fazia análises clínicas porque se formara em química, engenharia química e tinha sido aluno de Holt na Escola de Engenharia e depois estudou Medicina.

Mas resolvi ir em frente. O receio é que, nessa época, na Universidade, se manipulava muito as bancas de exame de concurso. Aí resolvi que, se

escolhessem professores de outras matérias, eu não faria o concurso. Mas aí escolheram os professores da matéria; convidaram o Baeta Viana mas ele não aceitou. Então, convidaram o próprio Otto Holt, da Escola de Química, convidaram um professor de Bioquímica da Universidade de São Paulo (tinha que ter três de fora) e um professor da Faculdade Nacional de Medicina e Bioquímica, e dois de Belo Horizonte: O Menicúcio e o Teixeira da Paz.

GEDEC – Essa banca era muito parecida com a de livre docência?

A.P. – Não. Três professores eram de livre-docência – o Holt, o Teixeira Paz e o Menicúcio – dois outros era diferentes. Evidentemente, ganhei o concurso. Foi desagradável fazer as provas com meu professor. Muito desagradável.

GEDEC – Ele não percebeu o que estava acontecendo?

A.P. – Muitas pessoas disseram: "Se você ganhar do seu aluno, isso não quer dizer nada, mas se perder vai ser muito desagradável." Ele estava completamente desatualizado. Para dar uma idéia, a banca era a melhor que existia no Brasil. Na prova escrita, tirei 10 e ele 6. Ele apresentou um trabalho – não uma tese – feita sobre pigmentos do palmito há 30 anos. Ele tirou quatro na tese. Não digo que a minha merecesse 10, mas eles tinham que me dar 10 porque era uma tese experimental a que tinha me dedicado bastante, modéstia à parte; era uma tese série.

GEDEC – Considero esse fato um pouco atípico. De modo geral, pelo menos na Faculdade de Ciências Econômicas, os catedráticos eram nomeados e, de

modo geral, incompetentes. Uma pessoa conseguir uma cátedra sem competência era a regra.

A.P. – É verdade. Mas há uma coisa interessante: as faculdades clássicas da universidade – Medicina, Engenharia, Farmácia, Odontologia – tiveram um pouco dessa presença de talento. A de Ciências Econômicas, por exemplo, no meu modo de entender, teve no seu tempo uma grande presença; ora uma escola de comércio, foram buscar gente nas faculdades de comércio ou em bancos, empresas, etc. Foi uma pena que teriam retirado a ciência política e a sociologia da Faculdade, mas foi uma escola de primeira categoria. Depois ela decaiu.

GEDEC – Sim, mas não havia professores. O seu curso tinha mais tradição. Era mais clássico, não é?

A.P. – Muito mais tradição. Quando fiz o concurso para a faculdade de Farmácia começou a surgir um movimento de pressão muito forte para melhorar a Filosofia – O Zé Vargas tinha voltado para terminar o curso dele em Minas Gerais. Ele sempre foi um homem muito brilhante, muito dedicado na parte política e essa coisa toda. Uma das pressões deles era para que eu fizesse concurso para lá, porque, como eu tinha feito um curso muito bom na faculdade, seria um modo talvez de influenciar. E pressionaram a direção para colocar a cadeira em concurso. O Conselho Nacional de Pesquisa havia sido criado recentemente, 1953, e eu já tinha pedido uma bolsa para fazer doutoramento na Europa. Orientado pelo Mingoglia, deveria ir para o Instituto Superior de Sanitá, em Roma, e que hoje possui um dos melhores setores de química orgânica na Europa.

Depois da guerra, esse instituto trouxe de Paris o professor Bovet, um elemento muito forte, do Instituto Pasteur. E lá criaram um setor chamado química terapêutica, em que se estudava substâncias naturais e sínteses. Havia também nessa época, o professor Chaim, que ganhara o Prêmio Nobel por ter isolado a penicilina. Uma das fases importantes da penicilina foi o seu isolamento.

Quando fizeram o instituto de química terapêutica, convidaram o Chaim para a parte de bioquímica e o Bovet para a de química. Nós, aliás, temos muitos desses trabalhos publicados com ele nesse campo do curare, onde se volta à minha questão da minha tese.

Mas houve muita pressão na Faculdade de Filosofia. Eles abriram o concurso e eu me inscrevi. Fui o primeiro catedrático da Faculdade de Filosofia por concurso, por pressão do Zé Vargas. Para mim não foi muito bom porque eu também não queria entrar em choque com os professores catedráticos. E eles eram 70. Mas, de qualquer forma, me garanti em duas cátedras na universidade já federalizada.

Pedi a bolsa, e fiquei dois anos na Itália. Foi excelente. Eu já tinha o doutoramento, e a Lygia fez a tese dela de doutoramento lá. Fiz uma série de estudos e publicamos muitos trabalhos.

O que eu tinha feito com o curare sintético, fizemos com o curare natural, O professor Karrer, da Suíça, que também recebeu o Prêmio Nobel, tinha feito trabalhos muito importantes sobre o isolamento do curare, usando o curare bruto dos índios. Isso era uma coisa difícil porque não se podia falar em termos de *o* curare. Existiam mais de mil curares.

Nessa época era muito difícil conseguir bolsa, às vezes só com padrinho, mas o Carlos Chagas me ajudou muito. Ele é uma pessoa que fez muito bem ao setor da ciência no Brasil, não só por causa do Instituto de Bioquímica que manteve, para onde levou muita gente, mas porque ajudou muito as pessoas de fora. Eu sou um desses exemplos.

GEDEC – De que forma ele ajudou?

A.P. – Naquela época, as coisas estavam concentradas no Rio e em São Paulo. Minas Gerais não tinha tradição. A única pessoa conhecida do setor científico era o Poeta Viana. Ao Baeta não se podia pedir ajuda porque todo mundo tinha medo dele. Eu procurei o Carlos Chagas depois que o professor Mingoglia tinha telefonado para ele dizendo que eu era um jovem professor, havia feito concurso e queria fazer pós-doutoramento na Europa. Ele achava que eu devia ir para a Itália por causa, exatamente, do Bovet. Posteriormente uma filha do Carlos Chagas se casou com o filho do Bovet.

O Chagas conhecia muito o pessoal, o Bovet, sabia que estavam começando uma escola muito nova na Itália, sabia do instituto, que era realmente muito bom. E ele conversou pessoalmente com o Almirante Álvaro Alberto. Naquela época as pessoas decidiam por eles mesmos. E me deram a bolsa.

Passei dois anos trabalhando e fizemos muitos trabalhos no setor de curares. Quando voltei vim orientado para fazer uma cultura de stryknos. Os stryknos sul-americanos são interessantes porque produzem curarizantes. Você está bem lembrado o que é o fenômeno da curarização? Eles paralisam a musculatura, daí porque vários curares foram utilizados em grandes cirurgias. Os índios imobilizavam grandes animais atirando flechas

embebidas no curare. O curare por via oral tem a vantagem de não ter ação curarizante porque o suco gástrico destrói o curare.

GEDEC – O curare existe só na América Latina? Só no Brasil?

A.P. – Isso é interessante. Não é brasileiro, existe na Colômbia e em toda a parte amazônica. Mas a mesma planta, na África, produz estricnina. O mesmo stryknos que, na América do Sul (não na América Latina) produzem alcalóides curarizantes, desenvolveu espécies na África que produzem os alcalóides estricnizantes com ação exatamente oposta. Enquanto a estricnina produz rigidez muscular, o curare libera a contração muscular, daí ser usado em cirurgias.

Trabalhamos intensamente esses dois anos na Itália, publicamos muitos trabalhos, e levamos para o Brasil a idéia de trabalhar em produtos naturais. Eu também tinha trabalhado com um professor do Instituto de Energia Atômica, de Paris, que fora para a Itália para estudar cromatografia. Estava se iniciando a cromatografia de coluna e de papel, mas esta última em especial.

Nós levamos essa técnica para o Brasil. Cheguei com muito interesse em me dedicar à pesquisa, mas vi que existia uma outra função importante a cumprir em Belo Horizonte: procurar oferecer a muitos elementos as condições que eu não tivera. Como, por exemplo, uma bibliografia de química razoavelmente boa, e, sobretudo, reunir esforços. Eu tinha a desvantagem de ser professor em tempo integral em duas faculdades.

Naquela época, eu tinha um ordenado já razoável, mas muitos professores davam sua aula e iam embora. Era o normal. Eu dividia o meu tempo entre a faculdade de farmácia e a de Filosofia. Procurei então uma maneira de fazer com que nós, os professores de química orgânica, trabalhássemos juntos. A idéia era somar esforços na Faculdade de Farmácia e procurar fazer uma escola de química orgânica e bioquímica.

Eu entregava a cadeira de bioquímica, por exemplo, para um assistente, a fim de me dedicar mais à química orgânica. Todo mundo era então obrigado a fazer seminários – uma coisa que não existia antes – reunindo os elementos da Filosofia e da Farmácia.

O professor mineiro, Cássio Mendonça Pinto, havia voltado a Belo Horizonte para a Engenharia. Mas nós fizemos um esforço para levá-lo a ocupar na Faculdade de Filosofia, a cadeira de química inorgânica. Então começamos a fazer reuniões, juntar uma bibliografia mais nova, quer dizer, mais atualizada, a receber revistas e, semanalmente, líamos um artigo para expor e discutir, fazendo com que o pessoal mais novo participasse.

Criamos na época o QUIBA – Instituto de Química Básica – onde reunimos a química da Filosofia, da Farmácia e da Engenharia. E nós passamos a trabalhar juntos. Cada um no seu lugar, mas, por exemplo, já mandávamos um assistente dar aula na Engenharia, na Farmácia, na Filosofia, e foi uma coisa interessantíssima mostrar como era possível se fazer alguma coisa nesse setor.

Por exemplo, o Cássio, era o melhor elemento que tínhamos em química inorgânica. Então pegávamos um elemento nosso e jogávamos para fazer um pouco de química inorgânica com o Cássio. E eles mandavam elementos

para fazer química orgânica comigo. Nós nunca conseguimos fazer isso com o Baeta Viana, era totalmente impossível. O Baeta nos considerava muito heterogêneos. Era um homem brilhantemente competente, mesmo no final, quando já estava muito desatualizado.

Num certo ponto, uma das coisas que me preocupava na universidade era o *imbreeding*. Estávamos formando nossos alunos e eles eram os nossos próprios professores. Não tinha ninguém de fora de Minas Gerais com essas características. Apesar de muita gente ter vindo de fora, os elementos vão se formando e se tornam os seus próprios professores, isso é muito comum. Foi quando, então, apareceu a idéia de um programa de cursos naturais, e levamos o Otto Gottlieb para lá.

GEDEC – Isso foi quando?

A.P. – Isso aí foi já em 1960. Ele estava no laboratório de cursos naturais. E por que isso? Eu voltei da Europa com essa técnica, e o único lugar que fazia alguma parte de cromatografia era, exatamente, o Instituto de Química Agrícola, onde estava o Otto Gottlieb e... esqueci o nome do outro rapaz que, inclusive, examinei em concurso lá na Escola de Química.

GEDEC – Outro químico?

A.P. – É. Lá estava ainda o Mauro Magalhães, um outro companheiro dele, esse rapaz que está, atualmente, trabalhando com o Paulo Acaz, que é uma pessoa também muito capaz. Começamos então a fazer um pouco de ligação com o grupo do Rio (apesar da minha ligação ter sido sempre muito mais com São Paulo). Mas em São Paulo não havia grupo nenhum estudando

produtos naturais. O grupo do Mingoglia estudava sínteses orgânicas. O da Faculdade de Filosofia também só estudava sínteses.

Agora compreendo melhor que faltava ao grupo talvez, exatamente uma visão teórica, uma formação e uma visão mesmo – talvez pudesse dizer até uma visão prospectiva para esse desenvolvimento teórico da química em geral, para desenvolver mais o setor da físico-química, e os mais modernos como química atômica, já que esta se desenvolveu muito no setor de física.

Houve um desnível muito grande realmente. Eu fiquei conhecendo muito esse grupo de lá e nós íamos juntos a congressos, mas era muito difícil, nessa época, apresentar trabalhos para discussão. Não havia, evidentemente, condições para isso porque não havia a SBPC. Nossa época a SBPC ainda não tinha começado direito.

GEDEC – A SBPC é de 1948, 1949...

A.P. – Eu falo que, quando começou a SBPC, existia um setor médico; a bioquímica da SBPC era de um grupo de biólogos.

GEDEC – O que a enfraqueceu.

A.P. – Claro, exatamente.

GEDEC – O grupo do IQA, do Otto Gottlieb, tinha uma ligação muito grande com os Estados Unidos, não é?

A.P. – Eles tinham ligações com um grupo da Inglaterra. A ligação com os EUA veio depois. Eles instalaram a química agrícola. Aí, de uma hora para outra fizeram uma reforma no Ministério e acabaram com o curso de química agrícola. Acabaram simplesmente dizendo "acabou". Era um instituto de primeira categoria.

Foi então que convidamos o Otto. Perguntamos se ele não queria trabalhar um pouco conosco em Belo Horizonte. Daríamos todas as condições para que ele pudesse vir um certo número de vezes por semana. Com muita dificuldade conseguimos uma verba. Precisávamos também, nessa época, de uma ponte na Escola de Engenharia. Aí então apresentamos como candidato o professor Herbert Magalhães. Ele foi meu aluno na faculdade de Filosofia; o Herbert e o grupo todo que se formou.

O Otto veio e criamos um grupo muito mais forte na parte experimental da Faculdade de Farmácia. Uma coisa interessante. O pessoal da Farmácia tinha sempre muito mais possibilidade e facilidade para trabalhar com as mãos, isto é, fazer trabalho experimental, enquanto o pessoal da Filosofia é muito mais dedicado à parte teórica (havia elementos muito bons).

GEDEC – A outra pessoa era o Walter Nors, não é?

A.P. – Exatamente. Deixa eu fazer um parênteses aqui; o interessante da minha vida de professor é que examinei o concurso de livre docente e catedrático de todos os professores vivos de química orgânica e bioquímica no Brasil. Não digo o país todo, mas no Rio, em São Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Paraná... Isso coincidiu com a época em que federalizaram as escolas e criaram os concursos.

Na Faculdade de Filosofia o Hauptman ainda era vivo e me convidara para examinar o concurso de livre docente de química orgânica da Blanka Wadislaw e, em bioquímica, do Cilento (um homem brilhante). Depois morreu, Hauptman. Antes porém havia um discípulo dele, forçado pela Filosofia, que queria fazer concurso na Politécnica de São Paulo.

Naquele tempo, isso era um verdadeiro crime. Era um sonho, um absurdo, alguém formado em química pela Filosofia ou pela farmácia – uma dessas – querer fazer concurso na Politécnica. Mas esse rapaz – Marcelo de Moura Campos – candidatou-se. E foi um caso semelhante ao meu concurso na Faculdade de Farmácia. Havia um professor, livre-docente, que era o candidato oficial da Escola Politécnica. O Marcelo havia estudado dois anos nos Estados Unidos, e tinha uma tese muito boa. Então resolveu fazer o concurso conforme a banca examinadora.

Quando fiz o concurso, encontrei nas bancas examinadoras todos os meus ex-professores. No caso da Filosofia, da banca fazia parte o Chico Magalhães, uma pessoa muito capaz. A banca tinha que ter dois professores da Faculdade, obrigatoriamente. O outro foi o Olinto Orsine. Lembro que 100% dos alunos estavam a meu favor e o Olinto Orsine resolveu fazer uma série de perguntas cretinas, que nada tinham a ver com a coisa. Os alunos deram-lhe uma vaia. Os outros três eram o João Cristóvão Cardozo – um homem que vale a pena ver o que fez no Rio de Janeiro. Ele teve problemas com o golpe de 64, é um homem muito liberal, acho que depois foi aposentado. Era o chefe do departamento e também foi diretor da Faculdade de Filosofia. Tive também o Attos Ramos, professor de Química orgânica, e o Otto Holt. Voltando no exame da Politécnica, o Marcelo candidatou-se, e eu fui examinador na banca, assim como um professor da Escola Nacional de Química, outro da Nacional de Filosofia. O Marcelo ganhou a cadeira. O

outro sujeito entrou em juízo, porque não era aceitável que um professor que não fosse da Filosofia ganhasse o concurso.

A Escola Politécnica mudou muito depois no sentido de dar mais química ao curso de química. Como eu te disse, era um curso basicamente de Engenharia, sem base. Um engenheiro químico, evidentemente, tem que ter muita base em processo unitário, essa coisa toda, e eles não tinham muito disso.

GEDEC – Eu participei da entrevista com o Gottlieb. Tive impressão, e depois a confirmei, de que ele estava numa posição muito difícil entre os químicos no Brasil. Ele se queixa que os químicos dependem de produtos naturais para suas experiências e que não lhe dão esses produtos. Ele está se sentindo acuado. Trata-se de uma pessoa que trabalha 15 horas por dia, e parece que não entende o que está acontecendo. Por outro lado, dizem que o trabalho dele, na realidade, não tem muita conseqüência porque faz apenas um trabalho descritivo de determinação de produtos naturais de certas plantas, publicado internacionalmente, mas sem a menor vinculação com qualquer outra coisa no país.

A.P. – Isso é verdade. Eu previ isso quando o Otto foi trabalhar conosco em Belo Horizonte. Quanto á questão dos produtos, não. Evidentemente, agora estou fora há dez anos; quando volto, converso muito com ele. Quando estava na Inglaterra o Otto foi a um congresso internacional e esteve conosco lá em casa. No início, era exatamente o contrário.

Uma das razões por termos levado o Otto é que não tínhamos o suporte de quem nos desse plantas. O instituto de Química Agrícola tinha uma espécie de monopólio porque contava com bons botânicos. O Brasil sempre foi fraquíssimo – interessante isso – de botânicos, sobretudo de botânicos sistematas.

Por exemplo, eu tinha em Roma, muito mais facilidade de obter plantas que os botânicos do Museu Goelde, porque o professor Bovet tinha muito prestígio. Ele arranjava com a embaixada, e eles mandavam também o professor Fróes, naquela época. Mas o Otto e o Nors tinham facilidade de obter plantas, o que não acontecia conosco.

Tanto que tive de contratar um botânico e prepará-lo com um técnico muito bom lá do Museu Botânico do Rio de Janeiro, para nos fornecer plantas. Mas quando o Otto foi para Minas gerais – isso foi desagradável – ele achou que eu o estava criticando, sobretudo depois que fui para a Universidade fundar o Instituto de Química Básica, do qual fiquei sendo o diretor.

Esse instituto foi um pouco a célula do Instituto da universidade. Eu dizia o seguinte: “Otto nós estamos isolando produtos naturais, o que é excelente para ensinar a pessoas a trabalhar, mas acontece que a coisa morre aí. Isolamos os produtos, determinamos as estruturas e, ao determinar essas estruturas, evidentemente, você as aplica. Mas a coisa morre aí. Uma das falhas que sempre observei na Bioquímica brasileira é que está voltada para os animais. E é muito mais difícil trabalhar com animais do que com vegetais.” Então eu disse a ele que podíamos ter uma grande escola de produtos naturais no Brasil, semelhante à que o Maillon fez no Canadá. Ou daí partir para a biossíntese e uma série de coisas. Enfim, tomar aquilo como base e fazer sínteses parciais e ir mais longe, inclusive determinando

uma taxonomia em base desse produto a ser isolado, de uma série de plantas que estão desaparecendo.

A braúna é um exemplo. Ela praticamente desapareceu do Brasil. Achei que ele podia fazer isso, mesmo com o próprio curare. Eu disse: “nós temos aqui o que os EUA não têm, então temos que competir no campo que levamos vantagem.” Enquanto aqui levamos seis meses para isolar e identificar um produto, eles fazem isso numa semana, devido a métodos que não possuímos.

Por exemplo, o primeiro espectrofotômetro de ultravioleta de Minas Gerais foi levado por mim, com uma dificuldade enorme de conseguir a verba através do Conselho Nacional de Pesquisa. Depois conseguimos o infravermelho; mas, também, com muita dificuldade não só de verba, como também para operá-lo, pois aquilo precisa de ambiente seco, ar condicionado, e não teríamos essas condições na universidade. O investimento era muito grande, sobretudo humano, para se obter um resultado.

A crítica é perfeitamente procedente. O Otto é um homem muito inteligente, muito trabalhador, muito capaz. Mas faltou-lhe exatamente esse espírito de equipe, e, sobretudo, uma coisa (posso fazer essa crítica porque creio que, se pusermos na balança as suas vantagens são muito maiores do que as desvantagens. Suas qualidades são superiores aos seus defeitos): o Otto não tem o espírito de aceitar crítica. Na universidade ele se chocou muito com o grupo lá; quando fiz essa crítica, ele a aceitou, quer dizer, a suportou.

Os grupos jovens que o criticaram, o Otto brigou com todos. Brigou definitivamente com o pessoal da Faculdade de Filosofia. Quando deixei de

ser professor, o pessoal insistiu para não ficar só nessa parte. Mas ele teve a grande vantagem de isolar esses produtos, determinar suas estruturas, teve uma grande importância entre 1960 e 1964, 1965. Por quê? Porque é um grande meio de se ensinar as boas técnicas da química.

Por exemplo, ensinar a espectroscopia no ultravioleta, no infravermelho, ensinar determinações de estrutura pelo raio X. E, a partir daí, ressonância nuclear magnética. Então, tudo isso era formidável ensinar. Mas isso não era um fim, mas um meio. Então, didaticamente, isso era formidável, como uma base para se partir daí, por exemplo, para fazer uma síntese. Para dizermos que a estrutura foi determinada é preciso também fazer a síntese.

GEDEC – O Otto fazia isso também?

A.P. – Fazia. Isso é um axioma da química. Você só pode dizer que uma estrutura está determinada quando se faz a síntese. Se não a fizer, não pode descrever no Beilsetein como estrutura tal. Ninguém aceita isso. Mas a síntese – e aí é que está a grande coisa – pode servir de ponto de partida, como no caso da catecolaminas, por exemplo. Você extraiu uma catecolamina de um produto natural e, com ele, fez uma série de produtos: formol, etc. Você isola as saponinas de alguma série dessas, uma planta semelhante a uma outra do nordeste, da qual fazem fibra para tecido – um tipo de caroá. – Com as saponinas pode-se fazer quase todos os hormônios esteróides, hormônios sexuais, essa coisa toda, que foi o que ligou o Otto ao grupo do Carl Djerassi.

E isso também me ligou ao Djerassi, posteriormente. Parece que depois os dois entraram em atrito e o Otto se ligou ao grupo da Universidade de Scheffield, na Inglaterra. O Herbert Magalhães estudou lá dois anos e foi

assistente meu na Filosofia, tendo feito inclusive concurso na Escola de Engenharia.

GEDEC – Houve algum tipo de descoberta no Brasil na área de produtos naturais que tivesse algum impacto econômico? A idéia que tenho do Djerassi é que ele teve uma boa experiência no México e tentou repeti-la no Brasil.

A.P. – É, mas não conseguiu nada. A experiência do México foi uma coisa à parte. Eu estava falando do problema das saponinas. O que o Djerassi conseguiu no México, foi, exatamente, procurar extrair saponinas e com elas... (as saponinas já têm um esqueleto dos esteróides). Ele é um químico de primeiríssima categoria, tinha muitas vantagens econômicas por estar ligado a Califórnia, fez muitas sínteses. No Brasil, em produtos naturais, para dizer a verdade, ficamos nessa coisa do extrair e determinar estruturas.

Um professor daqui da Universidade de Georgetown está lá em Minas agora, Pode ser que, nos últimos cinco anos a coisa tenha se modificado. A crítica porém é plenamente procedente. Era preciso fazer síntese ou uma química orgânica em que se tenha uma visão prospectiva mais ampla, partir para uma parte de fotoquímica ligada à fitoquímica – a fotoquímica é uma parte muito nova – ou então não há condições. Vocês vão ter uma escola apagada e, inclusive, não poderá contribuir para uma boa Escola de Química no Brasil.

GEDEC – No entanto, se acontecesse alguma coisa de maior interesse, você teria sabido.

A.P. – Definitivamente.

GEDEC – Recentemente, houve em Minas Gerais, algo que chamou atenção. O que foi? Fabricação de enzimas?

A.P. – Claro, exatamente. Deixa eu dar a minha versão, até o ponto que conheço, por meio de congressos, etc. Esse grupo da bioquímica da Filosofia e da bioquímica da Medicina foi um grupo que recebeu uma grande ajuda nossa. Quando nós criamos os Institutos na universidade, a idéia básica – e no futuro isso precisa ser descrito e considerado – era de se concentrar na Pampulha a parte básica da universidade e deixar a profissional na cidade.

Depois eles mudaram o projeto. Mas procuramos concentrar (e eu não seu, até que ponto, realmente, isso é uma coisa acertada, tenho minhas dúvidas) a química orgânica no Instituto de Química, e deixar toda a bioquímica na Medicina. Passamos para a Medicina um grupo jovem. Esse grupo era muito pequeno, mas tinha umas três pessoas de primeira qualidade. Um deles é o Marcos Mares Guia, muito brilhante. Ele se formou em Belo Horizonte e fez o PhD aqui nos EUA. O outro era o Carlos Diniz, também uma pessoa com – potentíssima.

Então passamos para eles os elementos jovens de bioquímica da Filosofia e da Farmácia. O grupo da medicina deu grande apoio também no sentido de que eles pudessem vir estudar aqui, ir para a Europa, essa coisa toda. O Carlos Diniz teve sempre a idéia – que sempre achei muito boa – de que se procurasse fazer aplicações, para sair da chamada bioquímica médica de análise de sangue, de urina, de provas de função hepática, que sempre foi a base da bioquímica do Baeta Viana. Lá tem sua importância, mas é relativa. A idéia era contribuir no próprio campo médico.

Você tinha muitas outras coisas para fazer. Mas que se partisse para usar a parte de produtos biológicos. Uma delas seria a fabricação de insulina utilizando pâncreas de boi. E eles partiram para uma série de estudos desse tipo. E o Marcos mares Guia, fez uma indústria. Acho que está localizada em Montes Claros, utilizando as facilidades da Sudene.

Ele tem sido muito criticado porque se ligou a um laboratório norte-americano. Evidentemente um laboratório desse tipo não tem interesse de fabricar insulina no Brasil porque são donos da insulina no mundo inteiro. Eu, realmente, não conheço detalhes dessa coisa. Mas não sei se as críticas são procedentes.

Na reunião da SBPC, quando estive lá, o pessoal criticava muito. Mas tenho um pouco de dúvidas quanto a essa crítica, já que o Marcos é um rapaz de grande valor. Considero-o um dos bioquímicos de mais valor do Brasil. Ele possui uma base muito boa de química em si, e de matemática.

GEDEC – Esse trabalho, de qualquer maneira, é um trabalho mais aplicado, não é um trabalho de pesquisa.

A.P. – Não. É um trabalho aplicado. Eles têm feito muita coisa boa na parte de pesquisa da bioquímica. Muita coisa ligada á determinação de estrutura de enzimas e um trabalho muito bom com venenos de cobras.

GEDEC – Que tipo de aluno ia estudar químico em Belo Horizonte? O que eles queriam e por que iam para a química?

A.P. – Historicamente, o maior número de químicos, 60 por cento, talvez, são farmacêuticos, mesmo depois da criação da Faculdade de Filosofia. Esse acontecia porque em química, propriamente, não havia muitas possibilidades. O que ia fazer um químico em Belo Horizonte: Existia o ITI – Instituto Tecnológico Industrial – podia-se arranjar um emprego lá, no governo, na Secretaria de Agricultura, e praticamente mais nada. Não existia indústria.

Lembro quando fundaram a USIMINAS. Eles foram na Faculdade de Filosofia propor que treinássemos 150 técnicos para eles. Eu disse: “isso é uma coisa completamente teórica, sem nenhum sentido para nós. Nós aqui recebemos dez alunos por ano, de forma que não temos as mínimas condições de levar esse pessoal a pensar. Podemos colaborar com vocês, e tal.”

A reação dos alunos foi grande porque diziam que, treinando 150 técnicos, em dez anos o mercado estaria saturado. Eles não tinham visão do que poderia ser esse desenvolvimento industrial. De modo que o sujeito ia estudar um pouco sem saber, realmente, o que se dava, ou então ia fazer uma coisa aplicada. Por exemplo, ia para a farmácia quem queria ter uma farmácia ou então porque ia fazer análises clínicas. Muito pouca gente estudava engenharia química. Depois veio a Faculdade de Filosofia que começou a abrir um pouco mais o ambiente, mas a pessoa ia ser professor de química, porque também não tinha outra coisa para fazer.

A primeira turma da Filosofia teve um aluno. Depois já foram três, quatro. A primeira turma que lecionei na Filosofia tinha três alunos e todos eles foram trabalhar comigo depois. Dois na Filosofia. Eu punha os três num Ford 34 que eu tinha e levava para a Faculdade de Farmácia fazer as aulas

práticas porque não existia laboratório na Filosofia. Na Filosofia era só aula teórica.

Quando fui chamado para dar aula lá, todo mundo dava aula de ciência teórica. Toda a química era teórica. Eu disse logo que assim não era possível. Como resolver: Então levava os alunos para esse laboratório que eu tinha montado na Farmácia e dava minhas aulas lá.

De modo que o Centro, realmente, não tinha propriamente uma motivação, ou porque o mercado de trabalho não existia, ou porque era flutuante. O que podia fazer? A Belgo-Mineira tinha interesse em empregar muito engenheiro, mesmo que fosse um outro tipo, porque, naquela época, não existia o engenheiro mecânico. Então servia mesmo o civil, que era treinado para fazer aquelas análises – aquilo vinha tudo lá da Europa, registrado.

GEDEC – A Escola de Engenharia tinha engenharia química:

A.P. – Tinha, mas com poucos alunos, eram sempre três ou quatro.

GEDEC – Essas condições mudaram lá dentro?

A.P. – Hoje mudaram. Primeiro porque mudou o mercado de trabalho. E há uma coisa interessante: não se cria o mercado de trabalho só desenvolvendo a indústria ou outras atividades. Os próprios elementos que se formam começam a pressionar para a abertura de certo tipo de coisas. O controle de qualidade, por exemplo, realmente nunca existiu. Esses elementos que se

formam, servem para pressionar o controle de qualidade. E começaram a mostrar sua presença.

Meu filho começou o curso na Escola de Engenharia e depois terminou aqui. Ele devia ter uns 20 colegas no curso de engenharia química.

A chamada Filosofia, que hoje é Instituto de Química, de estar formando aí mais ou menos uns 20. A Farmácia, que sempre teve um contingente maior, deve formar uns 40, 50, dos quais uns 20, pelo menos, vão diretamente para a química. Hoje, com o Instituto de Química, isso vai mudando cada vez mais. Os cursos de química e de física-matemática são os mais comuns. Então, há mais facilidade para a pessoa estudar o que chamávamos de química pura, e que, evidentemente, era a química da Faculdade de Filosofia.

Quem ia fazer química ia para a Engenharia, apesar de se estudar muito menos química do que na farmácia e na Filosofia. Na Farmácia, por exemplo, o curso de química era muito superior ao da Engenharia. Enquanto nós tínhamos dois anos de química orgânica, a Engenharia tinha um ano junto com química orgânica e bioquímica. A bioquímica era muito pouco estudada. Evidentemente eles tinham mais física porque muita gente optava por engenharia civil. Quando estudei, realmente não havia motivação para a química.

GEDEC – Talvez alguns alunos despertassem durante o curso.

A.P. – Exatamente.

GEDEC – Havia algum contato de vocês, de Belo Horizonte, com o velho Feigl, no Rio?

A.P. – Havia. É uma pergunta interessante. O Feigl tinha aquela competência toda no campo da química analítica, especialmente essa técnica da análise de gotas que ele desenvolveu. Mas o Feigl, como todo o seu prestígio internacional, não sei porque, não despertou no Brasil essa mesma presença. Tinha influência, mas não tão grande como devia ser, como era na Áustria e na Europa em geral. Ele era muito ligado ao Instituto, à produção mineral, onde trabalhou. Nós tínhamos relativamente pouco contato com o Feigl. O Mingoglia era muito amigo dele e da senhora dele. A ela, você sabe, realizou o setor de imóveis.

GEDEC – É, a Regina Feigl.

A.P. – É, o Mingoglia era amigo do pessoal lá, tinha um relacionamento pessoal. Eu o conheci na casa do Mingoglia. É um sujeito interessantíssimo, muito alegre. Formou discípulos no Rio de Janeiro.

GEDEC – Quem, por exemplo? A minha impressão é que ele deixou muito pouco rastro.

A.P. – Claro. No Rio de Janeiro, no Instituto de Produção Mineral – não me lembro assim de nomes – o Cássio era muito ligado a ele e utilizava um pouco suas técnicas. Mas em São Paulo não há ninguém que tenha sido discípulo do Feigl. Em Belo Horizonte também não. Sabe o que é? Talvez uma outra coisa. Quando o Feigl foi para o Brasil, a técnica dele de análise de gotas estava, então, no seu zênite. E surgiu uma nova tecnologia de

análise que atirou por terra a técnica de Feigl: a espectroscopia de chama. A própria espectroscopia é uma coisa muito antiga, mas a técnica – interpretar o espectro de chama – é muito nova.

Com as gotinhas do Feigl se determinava a estrutura, essa coisa toda, determinava primeiro a presença de todos os elementos de origem mineral e orgânica. Com a espectroscopia de Chama para os metais isso passou a ser feito com uma facilidade enorme. Você, por exemplo, pegava um minério, abria o minério, solvia, e fazia uma espécie de chama, a fotografia e interpretava com uma facilidade enorme, e determinava as quantidades micro.

Depois se passou a fazer isso quantitativamente, com muita facilidade, e com o método dele isso não era possível. Isso não deixou de trazer certa dificuldade no programa do Feigl, pelo menos como eu o interpreto. Muita gente critica o Feigl porque tinha deixado a parte química. Lembro de discutir isso com o Mingoglia. A mulher dele se dedicava aos negócios, seus imóveis, essa coisa toda, mas ele era muito dedicado ao trabalho.

GEDEC – Quando ele chegou ao Brasil já trazia essa técnica desenvolvida?

A.P. – E não desenvolveu mais nada.

GEDEC – Não avançou em mais nada?

A.P. – Praticamente mais nada. Eu fui a uns dois congressos internacionais e o Feigl era recebido assim como um Prêmio Nobel.

GEDEC – Recentemente houve um congresso em homenagem a ele.

A.P. – É. Ele era uma grande presença na Europa. O nome do Feigl era uma coisa extraordinária.

GEDEC – Outra coisa: você trabalha muito com o curare. No Brasil, no século passado, havia o velho Batista de Lacerda que trabalhava nisso. Como foi o trabalho dele?

A.P. – Muito interessante, sabe. Se você observar a história do curare, o Brasil teve uma grande presença, sobretudo dos biólogos. O batista de Lacerda, por exemplo, fez uma série de estudos farmacológicos interessantíssimos, biológicos; ele estava mais no campo da fisiologia, e naquela época, não havia muita diferença entre fisiologia e farmacologia. Os fisiólogos dizem que a farmacologia é uma fisiologia de segunda categoria, e a farmacologia diz que não existe a fisiologia.

O grupo do Coty, por exemplo, veio da França e fez uma série de estudos e determinou uma série de ações. Quer dizer, eles definiram o que é uma ação curarizante, como os curares atuavam. Eles utilizaram os curares produzidos pelos próprios índios. Depois desses estudos, o grupo do Batista de Lacerda, do Coty, surgiu uma série de médicos (não me lembro agora), o próprio grupo do Chagas tentou fazer alguma coisa...

GEDEC – O velho Chagas?

A.P. – Não do Chagas Filho. Porque o velho Chagas só fazia a parte da moléstia de Chagas. Naquela época não existia nada no campo da bioquímica, da biofísica.

A química no curare propriamente dita, que eu me lembre, foi retomada com esse estudo que fizemos lá com o Bovet. O Instituto de Biofísica, do Chagas, tinha o nome de biofísica, mas fazia, sobretudo, bioquímica e farmacologia. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a farmacologia era muito fraca. De modo que foi nessa época que procuramos purificar mais o próprio curare, fazer por cromatografia e tudo. Antes da cromatografia não havia condições. A cromatografia é o processo de separar corantes. Depois, você faz a própria cromatografia a gás e tal, que não tem nada a ver com corante.

O curare é produto não corado. A gente separava primeiro no papel – você punha aquilo no papel e ia passando solvente e ele ia então separando, por absorção, aquelas substâncias que absorvem menos. Depois, você cortava aquilo a diluía, e com os extratos fazia a experiência. Aí então se fazia o estudo químico, propriamente. A parte química prática é uma coisa positiva. Não teve grande repercussão, a não ser por determinar muitas ações farmacológicas, o que, nessa época, foi muito importante.

GEDEC – E hoje o curare é um instrumento medicinal muito importante.

A.P. – De primeira categoria, que não tem nada a ver com o curare natural.

GEDEC – A síntese é artificial?

A.P. – Totalmente simples. A estrutura é muito mais simples. Aí é que está o problema do Otto. Há grande vantagem de se fazer o isolamento do produto natural. É o mesmo problema da borracha sintética. A extração da borracha determinou que seu produto básico é o isopreno. Com o isopreno se faz a sínteses da borracha que são muito melhores em qualidade e tudo, de que a borracha natural. Isso porque você juntou a ela uma série de produtos capazes de dar dureza diferente e resistência ao choque. A borracha natural não tem resistência ás intempéries. Essa é a grande vantagem de se determinar a estrutura da borracha. Determinar, por exemplo, a estrutura química da seda é uma grande vantagem. Isso tudo que estamos vestindo aqui é sintético. Qual a vantagem? Vou abrir um parêntese, voltar ao que estava falando, que, historicamente, para nós, na América Latina, tem importância enorme.

Você sabe que há dois países onde há um fato histórico muito importante: um é o Chile. Se o Chile tivesse uma ciência de primeira qualidade, podia ser hoje um país com o nível da Suíça. O Chile tinha todo o monopólio do salitre, numa época em que não havia nada que fabricasse nitratos artificiais. Como o Chile mantinha o monopólio do salitre com a Inglaterra, a Alemanha praticamente ficou sem salitre. Então ela colocou seus químicos de primeiríssima qualidade para procurar uma solução. O que eles fizeram? A liquefação do ar, preparam o hidrogênio, combinaram hidrogênio e fizeram amônia. Oxidaram a amônia: ácido nítrico, nitrato de amônia, e, pronto, o salitre.

Um outro exemplo é o Uruguai. O Uruguai seria, e foi, uma das grandes economias, porque possuía lã. A Alemanha utilizou uma série de descobrimentos desses, e outros países os utilizaram muito mais. Mas, então, tomou a lã determinou a estrutura das proteínas, fez análise da lã e determinou que proteínas entravam na competição da lã, que aminoácidos faziam parte dessas proteínas. Primeiro partiram para os produtos para as

fibras à base de nitrocelulose, e faz também a estrutura do algodão, da celulose e então já naquela época, fez a mercerização da celulóide. Depois fizeram a nitração da celulose e os produtos à base de nitrocelulose como o rayon, feito pela França. Mas veio a Alemanha e determinou a estrutura da lã. Com esses aminoácidos, eles passaram a fabricar produtos que são tudo isso que estamos vestindo hoje que, evidentemente, à base de poliamidas, não tinha a grande desvantagem da lã de amassar. Tinha uma resistência muito maior do que a lã e uma série de vantagens, como poder ser passada para desamassar. E o Uruguai? O que aconteceu com a economia dele?

GEDEC – É o caso da borracha também, não é?

A.P. – A borracha é outro exemplo tácito. Esses três exemplos mostram um pouco essa coisa. Ainda não sei se, a essa altura, ainda há tempo. Mas o Otto Gottlieb foi uma pena, não sei como ele continua... Há uns rapazes na universidade trabalhando orientados para extrair o produto, coisa e tal.

GEDEC – Mas, pelo que sei, ele continua fazendo a mesma coisa.

A.P. – Continua.

GEDEC – Ele agora dirige um instituto, tem um grupo lá em São Paulo, parece que está explorando algumas outras áreas também.

A.P. – Ele é um rapaz de muito valor. E é um trabalhador fora do comum. É uma pena. O Otto formou-se na Escola de Química do Rio de Janeiro, que apresenta todas essas distorções profissionais. Todos nós que estudamos no

setor de ciências exatas tivemos falta de um mínimo de possibilidade no setor de ciência humanas. Você tem pouca gente completa. O Magalhães Gomes, por exemplo, é um homem de muitas aventuras. Ele propôs muita coisa em Minas. O pessoal o chamava de “Chiquinho Bomba Atômica”, o que não é verdade. Ele é um homem de grande valor, deu grande contribuições. Isso vai ser reconhecido com o tempo. O Otto, por exemplo, é um homem inteligente, mas falta-lhe a visão prospectiva de aproveitar aquela grande capacidade de ir um pouco além.

E mais ainda: o Otto passou a ter o monopólio de um grupo enorme de químicos que trabalham com ele e para ele. O Otto foi um homem de publicações – em cada congresso que ia publicava 30 e tantos trabalhos, todos mais ou menos na mesma linha. Quer dizer, se ele dividisse esse grupo, uma parte faz extrações, determina a estrutura, e outra faz bioquímica vegetal, poderíamos ver, por exemplo, onde vão dar determinados produtos.

Fazer um estudo de plantas, por exemplo, em várias épocas, observar, fazer uma série de estudos bioquímicos importantes que pudessem ter uma aplicação prática.

Uma das coisas graves nos programas de desenvolvimento agrícola, em nosso país, foi termo aceito a colaboração de técnicos norte-americanos que nada entendem de agricultura tropical. Onde existe agricultura tropical? No Brasil, na África, etc. Os fitoquímicos podiam contribuir mesmo fazendo estudos básicos.

GEDEC – Nas nossas escolas de economia não têm uma área de química ou interesse por isso, em Viçosa?

A.P. – Aí está aquela coisa que falei. Eu examinei o concurso de bioquímica de Viçosa. Naquela época, eles tinham um grupo razoável de química de solo. Havia um professor de produtos naturais, filho de alemães, mas que era fraco nesse setor. A Escola de Piracicaba tem bioquímicos muito bons. O Km 47, onde o Otto, aliás, foi professor, também tem um bom setor de bioquímica. Eu estive lá na banca examinadora do Otto quando ele fez o concurso de livre docente.

GEDEC – Parece que a experiência não é boa.

A.P. – A experiência não é boa, não. Como estou dizendo, há muitos anos, pelo menos 10, que nem sei o que se passa no Km 47. Mesmo a Escola de Agricultura, se ela tem alguma qualidade...

GEDEC – Tenho a impressão que nunca foi.

A.P. – A essa altura, acho que a própria química no Brasil tinha que passar por um processo de reestudos, talvez para mudar, porque está sem liderança. O Zé Vargas saiu e foi para a Secretaria de Ciências e Tecnologia.

GEDEC – Ele era muito mais físico.

A.P. – É. Mas, de qualquer maneira, ele tem muito prestígio para reunir um grupo, essa coisa toda e tal. Apesar de ser uma pessoa de prestígio, um homem trabalhador, estava interessado nisso; mas é uma pessoa que vê problemas, e às vezes, concentra pouco.

Por outro lado, talvez seja problema também da autocracia que a Universidade toda sofreu. Está sem liderança. É uma pena. No nosso grupo de química hoje, não existe mais liderança propriamente; talvez o grupo de Física passe a diferenciar-se mais. É muito mais difícil fazer pesquisa em física. Para fazer contribuição no campo da física é muito mais difícil porque há uma concorrência internacional enorme. Com a química é um pouco diferente.

Até o começo do século XX, a contribuição da química foi enorme: nitrato, fibras, polígonos. Mas se volta ao próprio campo dos polígonos, hoje a contribuição da física é muito maior do que da química. Se volta a uma série de outros setores, a física se tornou a física do estado sólido. Uma evolução enorme.

A química está perdendo prestígio. Hoje a ciência está voltando a ser a física-química, história natural do século passado. O que é um biólogo, por exemplo? Um biólogo que não tem uma boa base em matemática, física e química não é um biólogo. E nesse particular a física passou a fazer sombra à química; mas observa-se isso no mundo inteiro. Você vê aqui, nos Estados Unidos, na Europa. A química está num certo estágio de perda de prestígio. Acho que ela devia se dedicar aos produtos naturais e utilizar-se dele como base para novas sínteses, como base para estudos de bioquímica vegetal.

GEDEC – Uma coisa mais aplicada.

A.P. – Muito mais. Como você vê o problema da liderança na química em outros estados da federação?

GEDEC – É uma sensação um pouco parecida com a sua. Há uma série de nomes que, evidentemente, têm uma história importante, uma contribuição importante; mas acho que há uma certa complexidade. Quem é esse químico de Brasília? Um rapaz que foi formado em química, lá em Brasília...

A.P. – Estava em Brasília o Mahajam, um indiano, em química orgânica. Esteve conosco em Belo Horizonte. Não sei quem é. Deve ser talvez uma pessoa mais jovem...

GEDEC – É uma pessoa com muita formação nessa área de físico-química. No depoimento dele me dava a impressão de que estava tudo um pouco sem saída, talvez pela falta de proximidade com a física, por um lado, e pela falta de aplicação, por outro. Há um impasse.

A.P. – Apesar de estar afastado da química, tenho muito contato ainda com o pessoal. Muitos vem aqui, me procurar, eu vou lá, nos correspondemos muito. Nota-se isso muito bem. E você não vê um elemento de destaque no setor da química, em outro estado da federação?

GEDEC – Não, isso não me ocorre. Agora, uma outra coisa que eu queria ter perguntado, voltando um pouco atrás, é o seguinte: você tem alguma experiência de participação em sociedades ou associações de químicos no Brasil?

A.P. – Tenho, e relativamente boa. Primeiro porque sempre fui membro ativo da Associação de Químicos do Brasil. Havia duas associações de químicas: a Brasileira de Químicos e a de Química do Brasil. A Associação Brasileira

de Químicos era a mais ativa. Ao lado disso, existia a Associação de Farmacêuticos do Brasil, que tinha o setor de químicos e o de farmacêuticos, do qual fui presidente. E a Associação Regional de Minas, que o Cássio e eu nos revezávamos na presidência.

A Associação Brasileira de Química era tradicionalmente muito mais dos engenheiros químicos que de alguns dos seus químicos. Havia o Congresso Brasileiro de Química, mas que nunca teve uma grande presença como, por exemplo, a Associação de Engenheiros. Esta, se não marcou presença no setor técnico, teve muita presença no profissional. Uma das desvantagens da Associação dos Profissionais do Brasil em Química – que a SBPC, até certo ponto, corrigiu – é que elas ficaram muito mais no setor de defesa da profissão; uma defesa legal, até certo ponto falsa, mas nunca procurou melhorar a profissão no sentido de melhorar o seu nível.

GEDEC – Mas isso não tenderia, por exemplo, a atrair as pessoas menos qualificadas? Chegavam aos interesses das melhores pessoas?

A.P. – Claro, definitivamente. As associações, como regra geral, sempre tiveram muitas pessoas interessadas em se promover em termos de empresa. Mas sem participação, como as célebres Associações de Química Argentina. Eles têm uma associação, ou congresso de alto nível. Associação de Química americana publica revistas de alto nível internacional. Nós nunca conseguimos publicar uma revista de química, de bom nível, no Brasil. A não ser que seja uma coisa mais recente, que eu não conheça. A história da Associação de Química é uma curva senoidal – houve épocas em que ela praticamente morreu. Nunca marcou uma presença.

GEDEC – Então por que existiam duas associações? Qual a diferença entre elas?

A.P. – Problemas de grupos políticos. Apesar de ser um grupo relativamente pequeno, havia um grupo que era muito mais de Engenharia química, e outro que buscava ser mais químicos do que propriamente engenheiros.

GEDEC – Essa é a grande divisão?

A.P. – É. Creio que, por volta do final dos anos 50, começo de 60, todos se reuniram e viram que essa era a melhor maneira de fazer a associação. Houve também muitas disputas no setor da química que, às vezes, o pessoal não demonstrava em público, entre o grupo de químicos formados pelas faculdades de Farmácia e os formados pelas de Engenharia, e depois pelas de Filosofia. Isso, depois, acabou; pelo menos diminuiu muito com a vinda do químico da Filosofia, porque o químico da Filosofia se uniu muito ao da Farmácia.

Os químicos das Escolas de Engenharia, da Politécnica, da Engenharia de Minas, tinham muito mais prestígio nas indústrias. À indústria interessava contratar um engenheiro químico, porque estava contratando dois profissionais – um engenheiro e um químico. E não contratava, de jeito nenhum, os químicos da Filosofia, ou da Farmácia. Então esses dois se juntaram.

GEDEC – Mas, do ponto de vista da indústria, faz sentido porque ela está interessada no processo que ele traz...

A.P. – Exatamente. É lógico. Como o mercado de trabalho é muito pequeno, esses outros dois tinham apenas a indústria de alimentos ou s de menor padrão

que pagavam menos para fazer controle de qualidade. Depois veio a indústria farmacêutica. Você chegou a fazer algum estudo sobre essa indústria?

GEDEC – Tem gente na FINEP que fez. Alguns estudos são muito interessantes na parte de financiamento, de inovações, etc.

A.P. – Essa indústria farmacêutica, principalmente na Europa (Alemanha, Suíça, Inglaterra) foi a grande base para o desenvolvimento da química orgânica e do químico. No Brasil, essa indústria não faz pesquisa, então ela não fornece nenhuma base para se desenvolver uma química na base de fazer sínteses de medicamentos.

O que se faz no Brasil é a utilização de patentes. Esse problema da insulina, a que nos referimos, não sei realmente até que ponto o processo é novo. Qual é a porcentagem real de realidade nisso tudo: Deve haver, porque o Marcos é uma pessoa muito capaz; nas coisas em que se meteu sempre deu sua contribuição pessoal, devido, exatamente, ao que ele representa em termos de inteligência.

GEDEC – Gostaríamos de saber de sua entrada para a reitoria e, talvez, os antecedentes.

A.P. – Tenho a impressão de que pouca gente conhece os antecedentes da minha entrada para a reitoria da Universidade de Minas Gerais. Um grupo de amigos de Belo Horizonte, especialmente de estudantes, e professores, numa certa ocasião me chamou para uma reunião. Eles achavam que devíamos ter um grupo de professores que participasse de partidos políticos

para que pudesse, talvez, levar uma certa colaboração do setor da universidade, dos pesquisadores, para que os partidos políticos pudessem, então, estar mais bem informados, e, assim ter uma ação no sentido de melhorar as características da universidade. Então propuseram que eu entrasse para o Partido Trabalhista Brasileiro. E eu me inscrevi.

GEDEC – Isso foi em que ano?

A.P. – 1960, aproximadamente. Entrei e fui eleito membro do Diretório Municipal do Partido Trabalhista. Eu tinha pouca participação, relativamente. Nessa oportunidade, fiquei conhecendo o Santiago Dantas, com quem me identifiquei muito; ele ia a Belo Horizonte, e, às vezes me chamava. Nós conversávamos muito e nos tornamos amigos, e o tempo foi passando. Eu continuava com a minha atividade na universidade e, como disse, tinha quase nenhuma participação no Partido.

Mas, com o San Tiago Dantas, eu discutia muitos problemas, da importância de dar à universidade brasileira um tipo maior de participação, e até certo ponto, aquela idéia bem antiga de dar uma certa assessoria a um grupo de deputados. Mas não foi só através dele; em outros partidos, por exemplo, o Roger Ferreira e outros elementos desse tipo procuravam conversar e dar um certo tipo e assessoria a um tipo de trabalho que devia ser feito.

No governo Magalhães Pinto, pensava-se em reforma, da qual o PTB participaria. O Santiago um dia me chamou e disse: “Olha, nós gostaríamos que você fosse secretário da saúde do governo Magalhães Pinto”. Eu respondi: “Professor Santiago Dantas, acho que seria um erro. Acho que não quero ser secretário. Primeiro, porque eu não sou médico, e há uma tradição

em Minas Gerais e no Brasil, de que os secretários de saúde sejam médicos. Não conheço nenhum outro caso. Segundo, porque acho que se eu fosse secretário de saúde seria um grande problema para o Partido Trabalhista, porque a primeira coisa que ia propor é que a secretaria não cuidasse apenas do que se chama Saúde, no Brasil. Quer dizer, para mim o programa seria abrir esgotos em Bolo Horizonte, canalizar água, essa coisa toda. Quer dizer, era um tipo de programa plenamente preventivo, e que seria muito difícil de ser aceito pelo governo e criaria problemas. E mais ainda: não tenho aquele tipo de enfoque capaz de facilitar o próprio crescimento do Partido, porque não tenho essa vivência política, que vocês precisam ceder numa série de coisas."

Ele disse: "E na universidade?" "Bom, isso é outro problema. Se realmente há condições de eu ganhar... vai terminar o mandato do reitor da universidade dentro de um ano mais ou menos." Então ele disse: "Se você for indicado na lista de reitores, qualquer que seja a oposição, você será nomeado."

Então conversei especialmente com o grupo de estudantes e professores. Procurei ver, não só a ala jovem da universidade, mas todos, no sentido de verificar se seria possível fazer na universidade, aquilo de que sempre se falou muito: a reforma da universidade. Uma reforma que entrosasse melhor a universidade com o desenvolvimento do país, e, sobretudo, de estar presente organizando a pesquisa científica, dando um ensino mais dentro da nossa realidade.

GEDEC – Você lembra o nome das pessoas, dos professores, que participaram disso?

A.P. – Claro. Por exemplo, no setor estudantil – era presidente do DCE, um estudante da Faculdade de Belo Horizonte, Aloísio, que era do grupo da odontologia. Nas Ciências Econômicas, era presidente do DA o Paulo Haddad. Quando estava mais próximo da eleição, terminou o mandato do Paulo Haddad, e entrou aquele rapaz que, quando veio o golpe, estava na presidência do DA da Ciência Econômica (como é que chama aquele rapaz, um sírio?)

GEDEC – Também não estou me lembrando, mas sei quem é.

A.P. – Na Faculdade de Direito é que nós não sabíamos, entre os estudantes, se realmente apoiariam a minha candidatura. No final apoiaram, Procurei os membros do Conselho Universitário e expus a eles com muita franqueza. Disse: “Tenho possibilidade de ser nomeado reitor, se entrar na lista, Agora, não queria, não gostaria, de entrar mal na lista, aí não aceito a minha nomeação. Gostaria de me mostrar primeiro um representante da comunidade universitária, isto é, estar bem colocado na universidade.”

Quando a coisa veio a público, tive então uma enorme campanha contra do Orlando de Carvalho e do grupo da direita da universidade. Não sei se você se lembra do *Correio de Minas*. Publicaram, na primeira página, que eu seria candidato a reitor, junto com uma fotografia: “A Esquerda Ameaça Tomar Conta da Universidade”. Ao lado do meu retrato, o do Orlando de Carvalho.

GEDEC – Por que essa oposição? Política ou o que?

A.P. – Sim. Primeiro, talvez, essa coisa de, apesar de não ser político atuante, participar do PTB. Mas, por outro lado, nos meios católicos, eu sempre tive presença e fama de ser liberal, de defender a reforma. Quando estudante, fui líder estudantil, mas não muito ativo – porque era professor e estudante – mas bastante presente; durante toda a minha carreira universitária, fui presidente do DA da Faculdade.

E existe aquele tipo de brasileiro que, se você defende idéias liberais, taxam-no de esquerdista. Havia, naquela época, um pessoal católico muito reacionário e eles, evidentemente, me consideravam comunista, mesmo que o indivíduo seja socialista, tenha idéias liberais, é a mesma coisa.

GEDEC – Quer dizer, a coisa se colocava em termos de esquerda e direita?

A.P. – Definitivamente, Minha candidatura foi colocada na universidade como de esquerda, contra a do Orlando de Carvalho, que queria a sua reeleição.

GEDEC – Agora, isso se traduzia em idéias específicas sobre o que se fazer pela universidade?

A.P. – Claro. Aí é que foi o caso. Como isso leva um ano, fizemos uma coisa que nunca se fez na universidade. Preparei um programa, que ficou consubstanciado no meu discurso de posse, onde expus problemas muito sérios.

A esse pessoal todo, eu disse que se fosse eleito reitor, iria propor primeiro realizar a reforma da universidade; a formação dos institutos em bases

diferentes daquilo que se pensava em Brasília. Isto é, lançamos uma idéia – que depois passou a *slogan*: uma administração coordenada com a universidade, mas descentralizada.

Teríamos na Pampulha toda a parte básica da universidade, como se fosse um grande *College*, para todos os setores básicos – artes, ciências – e deixaríamos as escolas profissionais no centro da cidade. Com os terrenos da universidade, faríamos o seguinte: ou nós construiríamos uma série de edifícios para a renda servir de base para manter o setor de pesquisa, ou venderíamos esses terrenos, e com isso, compraríamos uma área capaz de fazer isso. Então havia uma discussão: se você não tivesse o centro da universidade naqueles terrenos, eles, evidentemente, iam criar problemas para a própria cidade.

Então, uma das coisas do programa era suspender imediatamente a venda de qualquer lote da universidade, no momento que eu entrasse na universidade. Levar para a universidade um grupo que abrisse a administração da universidade à participação de professores, de alunos, como eles queriam, e não à base do terço como pediam, mas que tivessem, efetivamente, participação.

Eu sempre mantive uma documentação muito grande sobre os congressos estudantis que houve no Brasil, desde quando eu era estudante. E me mantive atualizado. Eu sempre participava de reuniões onde eles faziam suas reivindicações; eu tinha tudo isso, e estudei muitas delas, vi o que era razoável, e chequei com a liderança estudantil que havia, naquele momento, na universidade.

GEDEC – Isso tudo não era ameaçador para as congregações, para se escolas profissionais? Pelo que entendo, o poder universitário estava na mão das congregacionais.

A.P. – Estava, exatamente. Não vou dizer que abri o jogo. Disse que iríamos propor essa reforma, mas não abri o jogo falando da centralização da administração (quer dizer, centralizar até certo ponto). Uma das coisas importantes era a minha idéia de se coordenar tudo na reitoria, mas dar muita autonomia também às escolas, desde que elas reconhecessem a universidade como centro.

Nessa época a universidade era uma tal difração de escolas que tinham até propriedades próprias, Adiantando um pouco, quando assumi a reitoria, a própria reitoria tinha uma verba que era a milésima parte da verba da Faculdade de Engenharia, da Medicina, que tinham mais de 60 por cento das verbas da universidade. Se o reitor quisesse convidar um professor para uma conferência na universidade, tinha que solicitar a um desses diretores que financiasse a vinda do professor.

Mas acontece que, por outro lado, eu era bastante conhecido como professor em Belo Horizonte. Eu estava com 39 anos, e era um escândalo um reitor dessa idade. Primeiro, eu não era médico, engenheiro ou advogado, o que, tradicionalmente, todos os reitores eram. Isso já era um escândalo. O segundo problema era a idade, porque os reitores todos tinham 60 anos ou 50 anos, e muitos. Era a norma da universidade. Mas eu tinha tradição de professor.

Até certo ponto, eu não era uma ameaça, porque eles me conhecem de professor de colégio estadual. Os professores de colégio estadual,

normalmente, eram homens conservadores. Meu programa básico era esse: propor a reforma, criar os institutos centrais, um colégio universitário que servisse de base, não só como uma demonstração do que se podia fazer em ensino secundário, mas um ensino secundário experimental, que servisse, portanto, de modelo. Não que ele fosse resolver o problema de preparar o aluno para ir para a universidade, mas que fosse um modelo para tanto.

GEDEC – Essa idéia dos institutos e do colégio de onde surgiu?

A.P. – Da Universidade de Brasília. A gente tem que ser honesto nessa coisa. É verdade que eu já conhecia a Europa bem, porque estudei lá. Mas acontece que meu conhecimento da Inglaterra era relativamente pequeno. Eu e a Lygia tínhamos visitado Cambridge, e Oxford. Conhecia relativamente pouco a estrutura de uma universidade norte-americana. Conhecia bem a estrutura de uma universidade não anglo-saxônica, a da Itália, que, como universidade, é fraca; a suíça é de muita pesquisa, e à base das escolas profissionais; a alemã era outro tipo de escola, com um setor de pesquisa muito boa, mas sem uma estrutura institucional como a americana. Então li muito sobre aquilo que se fez, que se publicou sobre a universidade de Brasília e passei a conversar também com muitas pessoas sobre o problema da universidade.

Muito me ajudaram as idéias da Universidade de Brasília, depois as de elementos como o Padre Vaz, o José Henrique, que tinha estudado na Europa algum tempo, o Hugo Amaral, os professores da faculdade de Veterinária, todos com formação americana bastante grande. A Escola de Veterinária foi um dos meus centros fortes de apoio.

GEDEC – E a Escola de Farmácia?

A.P. – Também foi importante naquilo que podia chamar de parte emocional, dos amigos, e tudo. A Escola de Farmácia, propriamente, não tinha elementos que... Mas foi para mim uma coisa importantíssima, tanto a Faculdade de Farmácia quanto a de Filosofia. A faculdade de Farmácia foi também um grande apoio, os meus ex-professores, os colegas jovens; por exemplo, o próprio Cisalpino – que depois foi reitor – o Marcelo não tanto, porque, nessa época, ele era assistente da Faculdade, mas era mais ligado ao Instituto de Endemias Rurais. Foi uma parte importante.

GEDEC – O Marcelo Coelho?

A.P. – Marcelo Coelho. E a verdade é que em todas as faculdades – incluindo-se o Conservatório de Música – me apoiaram plenamente. Então entrei na lista tríplice, com todos os votos d conselho universitário menos um. O que aconteceu? Saí com uma força enorme. Ao sair esta lista tríplice, tive um apóio enorme. Por outro lado, procurei ver o Magalhães, Nunca tinha conversado com ele pessoalmente antes de ser eleito reitor, mas amigos consultaram-no porque o Orlando de Carvalho era candidato aberto à reeleição. Ele contava certo com a repetição de ser mandato, o que nunca aconteceu na universidade brasileira. A única pessoa que teve seu mandato prorrogado foi o Bozon, por dois ou três anos.

I. – Mas ele foi aposentado.

A.P. – Foi aposentado, mas depois dessa revogação. Ele não foi revogado, o prazo de mandato é que aumentou de três para quatro anos.

I. – Sim, mas ele ficou só dois anos.

A.P. – É. Espera, quem foi então?

I. – Foi o Marcelo.

A.P. – Você tem razão foi o Bozon, foi o Marcelo.

Voltando à lista tríplice, eu entrei em primeiro lugar. O Orlando não entrou na lista. Entrou um professor da Veterinária, o Moacyr e o Edson Figueiredo. Eu, evidentemente, continuava mantendo muito contato com o professor Santiago Dantas. Ninguém sabia muito desse contato. Ao sair a lista, telefonei para ele. Ele havia me dito que, no dia que saísse a lista, eu deveria levá-la a Brasília. Então pedi uma cópia e fui. O Amaro Queiroz, o Nors e o Teixeira foram comigo porque eram amigos pessoais do Darcy – que eu não conhecia, só de nome.

GEDEC – Ele era o Chefe da Casa Civil?

A.P. – Era. Naquela época, além de ser nomeado, você tinha que ter o ato publicado, e o Darcy, evidentemente, tinha uma força enorme. Era ele quem mandava publicar os atos. Quando voltei de Brasília, a Lygia tinha recebido um telefonema do Santiago Dantas: "Diga ao Aluísio que ele já está nomeado."

Ora, as nomeações, em geral, levavam um mês. E eu fui nomeado em 24 horas. Todos os jornais noticiaram. O Orlando de Carvalho sentiu muito com isso e renunciou ao cargo de reitor. Ele disse que não me passava o cargo.

O Darcy não estava em Brasília, mas o Nors e o Amaro estiveram conversando com a Berta, que eu também não conhecia – fiquei conhecendo muito depois – e acertaram de tal maneira que a publicação se fizesse rapidamente. O Orlando renunciou e assistiu, então, o professor Lody, vice-reitor, que era professor da Faculdade de Medicina, onde não recebi o apóio do diretor. Aliás, não, o Lody era, nessa época, o vice-diretor em exercício, mas tive apóio do representante da Congregação que era o Caio Dias.

E tomei posse na universidade. Compareceram à minha posse o Magalhães Pinto, pessoalmente – a primeira vez que isso aconteceu – e mais um número enorme de pessoas de características das mais diversas: representantes de sindicatos, do próprio PTB, através da Assembléia, evidentemente, que compareceu e me considerou um elemento avançado do partido na universidade.

Preparei o discurso de posse com um grupo de pessoas: elementos da Faculdade de Filosofia, o Padre Vaz, essa coisa toda. Eu explicitava aquele programa da reforma da universidade, criação dos institutos, da Faculdade de Educação como base de desenvolvimento da universidade, em termos de preparação de professores, e a criação de um Conselho de Pesquisa na universidade.

GEDEC – A Faculdade de Educação seria além da Faculdade de Filosofia?

A.P. – Exatamente. A de Educação não seria além; nós a desmembraríamos como fizemos com a Filosofia, tomando o departamento de Pedagogia da Filosofia e criando nele a Faculdade de Educação. Tiraríamos da Filosofia o departamento de química, de física – como fizemos – o reuniríamos os da Farmácia, da Medicina e da Engenharia para criar os Institutos.

GEDEC – O que ficaria na Faculdade de Filosofia?

A.P. – A Faculdade de Filosofia desapareceria. Depois eles modificaram as coisas e modificaram mal. No programa que eu lançava todas essas idéias, mas, é claro, num programa não se pode dizer como você vai fazer. O tipo de ação, a metodologia para por essas coisas em funcionamento, era tudo uma coisa minha. Como administrador eu iria procurar os modos de fazer e encontrei saídas muito boas.

Levei uma assessoria jovem, o Paulo Haddad, mais umas quatro pessoas da Ciência Econômica. O Padre Vaz não pôde aceitar diretamente o cargo de assessor, devido a sua posição, mas, incidentemente, era um dos meus principais assessores e, como homem de pensamento, nós discutíamos muito os problemas fundamentais da universidade.

Assumi a reitoria no princípio de fevereiro e veio o golpe de 31 de março. Eu estava lá um mês na reitoria. Contava como certo que seria uma das principais pessoas que iam tirar da universidade. Lembre que eles prenderam estudantes, essa coisa toda. Mas fiquei na universidade e houve uma guerra violentíssima contra mim.

Primeiro, uma guerra de pressões, diziam que eu iria sair em 24 horas. Na minha casa, a guerra era do telefone, uma coisa terrível. Telefonavam de cinco em cinco minutos, dia e noite: “Ah, esse comunista. Vá tomar o avião. Devia tomar o avião e ir embora.” Eu dizia para o pessoal? “Não respondem. Não façam nada.” Uma guerra terrível, uma pressão enorme, e as declarações do Guedes: “Bom, problema do reitor é um problema que sai em 24 horas.”

Eu reuni os amigos, e me lembro que um deles, por exemplo, foi o professor Caio Líbano de Noronha Soares, da Faculdade de Farmácia, da qual tive grande apóio. Ele foi meu professor de física, e da Igreja também, um homem muito equilibrado, muito liberal. Reuni o grupo da Faculdade de Farmácia, da Filosofia, de todas as escolas – o grupo da Veterinária era de primeira qualidade. Então disse: “Não quero prejudicar a universidade, não penso de imediato em renunciar – porque a renúncia depois da do Jânio perdeu suas características – mas estou preparado para deixar a universidade sem criar nenhum problema, se, evidentemente, isso for para o bem da universidade. A universidade não pode sofrer com isso, e eu não faço questão de sofrer ou me sacrificar, desde que a universidade não sofra.”

Mas eles foram unânimes: “Você deve, tem que resistir com a universidade. Não saia. Espere as coisas. Nós sabemos, por exemplo, da perseguição que haviam feito a você.” Outra coisa era o seguinte: “Se você estiver na universidade, pode evitar uma série de excessos e tudo.” E realmente isso aconteceu. Me lembro, por exemplo, do problema de pagamento que assumi pessoalmente. Todos vinham e diziam: “Não pode pagar porque não tem folha para pagar os professores.” “pague”, dizia eu, “assumo a responsabilidade. Tenho de assumir. Esse professor não fez nenhuma crise, não há nenhum processo; o dia que alguém for condenado então veremos o que fazer.”

O tempo foi passando. E a idéia é que se tinha dado tempo ao tempo. Lembro que uma das pessoas com quem conversei foi o Milton Campos que, nessa época, era professor de Filosofia, e ele disse...

GEDEC – Filosofia ou de...

A.P. – Filosofia. Era professor de política na Filosofia.

GEDEC – Eu não sabia disso.

A.P. – É, o Dr. Nilton Campos era professor de política da Faculdade de Filosofia, e me disse: "esse movimento, é claro, vai partir para uma solução democrática, em pouco tempo." Aí respondi? "Dr. Milton, o senhor é professor da universidade, foi governador, não quero criar problema para a universidade. Mas também não sou homem de sair da luta. Sou partidário daquela filosofia do mineiro que dá um boi para não entrar na briga, e uma boiada para não sair. Estou na briga, dou uma boiada para não sair, mas não quero prejudicar a instituição." Ele disse que não, que "isso não tem sentido, você deve se manter na universidade."

Fizemos com esse grupo um documento. Se chegasse um certo ponto que eu tivesse de deixar a universidade, colocaria uma série de problemas. Eu disse a esse grupo jovem que levara para lá (eu indicara o Caio Líbano para chefe de programas das reformas): "Uma das coisas que devemos fazer é trabalhar intensamente, e esquecer o que está ocorrendo, como as notícias de que vou sair amanhã. Se eu sair, pelo menos deixamos alguma coisa no papel. Enquanto eu não sair, vamos procurar trabalhar intensamente e pensar o que podemos fazer dentro desse programa que se propõe."

Já existia a proposta da reforma universitária, da criação do colégio universitário, do sistema de assistência ao professor e ao funcionário da universidade, através da criação de um laboratório de análises clínicas, de uma farmácia universitária, de um serviço de assistência odontológica. E disse mais: “Vamos pensar numa administração para a universidade, de forma que essa administração tenha o mínimo de planificação, que concentremos o mínimo para que a universidade tenha poder de decisão e o reitor não seja uma figura de papel como foi até agora, mas sem centralizar demais para não impedir que a universidade se desenvolva.”

Eu sempre tive muito medo da centralização que ocorreu depois, e com a qual não concordo, assim como nunca estive de acordo em levar para lá a parte profissional. Sempre pensei que essa parte devia ficar no centro da cidade para não perder o contato, exatamente com o *civitas*. Se [e uma Faculdade de Direito, deve ter muito contato com o Fórum.

GEDEC – Aluísio, não havia por parte dos grupos que apoiavam a sua candidatura no começo, nas cátedras, uma expectativa de que a universidade aumentasse o número de vagas? Como é que você via isso?

A.P. – Era favorável a esse aumento de vagas. E a minha proposta para fazer isso era exatamente a criação dos institutos centrais. À medida que você tivesse, na Pampulha, os institutos centrais, podia quadruplicar o número de vagas da universidade, que, já nessa época, tinha mais ou menos seis mil estudantes. Para mim, uma universidade deve ter até 25 mil estudantes, sem criar uma carga muito grande às escolas profissionais.

GEDEC – Você optaria por um ciclo básico?

A.P. – Exatamente. Com o ciclo básico, eu teria a formação de físicos, químicos, biólogos... Para isso fiz um documento – que é esse documento único, creio, que a universidade teve – em que explicava o que era a reforma da universidade, os institutos centrais – coisa que ninguém conhecia – e devo ter feito – em exagero – umas com apresentações, apesar desse clima todo. Falei em todas as associações de classes – Associação Comercial, Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Associação Médica, Ordem dos Advogados – porque muita gente começou a dizer que eu ia comunicar a universidade, que o colégio universitário e os institutos seriam o centro dos professores comunistas.

Então comecei a levar minhas idéias a toda a comunidade, e, mais ainda, resolvi a Associação de Ex-Alunos da universidade com representação no de Ex-Alunos da universidade com representação no Conselho Universitário.

GEDEC – Você poderia descrever um pouco mais essa idéia dos institutos? Como é que você poderia aumentar o número e vagas através dos Institutos? Você admitiria estudantes no ciclo básico, mas, depois, o que você faz com eles?

A.P. – Havia carreiras terminais, porque a universidade nunca teve e até agora... o que está acontecendo? Há uma série de profissões marginais à universidade, como biologia, física, química, botânica, geografia – a universidade nunca formou geólogos. Era idéia minha, por exemplo, que a biologia não fosse uma primeira etapa para a formação de médicos.

Outra diferença grande no tipo de reforma que propusemos (e é o que existe até hoje) seria que a pessoa tivesse uma certa mobilidade para passar de

uma carreira para outra. Ele entraria para a universidade sabendo que o seu interesse era Medicina, Direito, ou então iria para os setores básicos, como biologia, química, como já havia na Faculdade de Filosofia, em número restrito.

GEDEC – Mas a sua idéia, por exemplo, é que um biólogo precisaria de menos anos de formação que um médico?

A.P. – Claro, de formação sim, mas precisaria muito mais cursos, do mestrado, do doutorado. Quer dizer, em carreira acadêmica, teria até mais tempo do que o próprio médico, porque acho que não faz sentido o sujeito ter PhD em medicina, em engenharia, o que é isso?

GEDEC – Mas que sentido tem se formar uma massa de biólogos que depois não pode fazer uma carreira acadêmica?

A.P. – Não, eles tinham uma carreira acadêmica. O problema aí é o seguinte: é o problema do ovo e da galinha, porque, como você não tinha o biólogo no mercado de trabalho, não tinha também nada a oferecer. O biólogo ia fazer o quê? Quer dizer, não só o biólogo, mas o químico, o geólogo, etc. Quem eram os geólogos do Brasil naquela época? Unicamente os engenheiros da Escola de Minas. E mais ainda, os geólogos – com algumas exceções – tinham um conhecimento relativamente pequeno. Você não teve no Brasil geólogo com uma formação universitária realmente profunda. Nem mesmo em Minas Gerais.

Minha idéia era abrir. Repensando hoje, pode ser, inclusive, que precisássemos de muito mais. Hoje não acredito muito na autonomia da

universidade – evoluí muito nesses 12 anos fora da universidade – e sim na chamada fisiologia da universidade. Quer dizer, hoje acho que talvez tivesse sido muito importante não ter criado os institutos centrais; ou deixar, nas próprias faculdades, por exemplo, a Ciência Econômica ligada ao curso de ciência política, e ao de ciências sociais. Porque o problema é manter um padrão alto. Se você tem uma escola de alto padrão, vamos apoiá-la e modificar os outros setores.

Este seria também um modo de abrir vagas, pois havia pressão para isso e eu concordava totalmente. Eu não considerava em baixar o nível; mas queria também uma saída para o problema do vestibular, que sempre fui contra. O vestibular é uma distorção, porque é um modo de se selecionar aquilo que já e sabe previamente. Se há 200 vagas e mil candidatos, a seleção é negativa: o processo é eliminar 800 e não aprovar 200.

A minha idéia é que os institutos centrais podiam ampliar as vagas. Mas não só isso, eu havia lido bastante sobre o que se passara na Inglaterra nas novas universidades. Eles criaram uma série de novas profissões. Lá há, por exemplo, a combinação de engenharia e ciência política, de engenharia e sociologia, de medicina e ciência sociais.

A sociedade necessária de novos profissionais, como o biólogo, o físico, o biofísico. Tínhamos essas cadeiras, mas não de biologia molecular, que hoje é tão importante. Então essa era a idéia. Mas, sobretudo, nesses institutos centrais, a minha idéia era fazer uma pesquisa científica de bom nível. Para isso, a primeira coisa que fiz (e colocarmos logo em funcionamento) foi criar o conselho de pesquisa da universidade. Foi o primeiro do Brasil. Antecessor, inclusive, da própria Sociedade de Amparo à pesquisa de São Paulo.

Com isso fiz aprovar no Conselho Universitário que um por cento das verbas da universidade fossem para o Conselho de Pesquisa. Para isso foi necessário entrar em cheque com três das faculdades, a de Medicina, de Direito e de Engenharia.

GEDEC – As escolas tradicionais.

A.P. – É. Por quê? Disse que o reitor não tinha nenhuma força na universidade. Quando vinha o orçamento, todos os diretores iam ao Congresso. Por exemplo, havia os deputados que apoiavam a Faculdade de Medicina, os que apoiavam a e Direito, e os que apoiavam a Engenharia. E o orçamento era dividido em porcentagem: a Medicina tinha 30 por cento, a outra tanto, tudo de acordo com o prestígio da Faculdade. E a reitoria não entrava no bolo.

Então disse (eu já encontrei o orçamento pronto, porque entrei para a universidade em fevereiro); “É impossível administrar a universidade assim, temos que fazer um reestudo desse orçamento porque preciso de dez por cento do orçamento total da universidade para a reitoria. “Houve, é claro, um alvoroço muito grande e coloquei o problema da seguinte maneira: “Cabe a mim, como reitor da universidade, entregar cotas. Eu não as entrego se não fizermos uma revisão.

Lutei muito, fui ao Conselho Universitário, onde tinha maioria, e consegui aprovação. Retinha então 10 por cento para a universidade, com o que, evidentemente, podia encarar esse programa do Conselho de Pesquisa que criamos imediatamente. Passamos a enviar professores, que não tinham possibilidades, às reuniões da SBPC.

Infelizmente depois o Conselho de Pesquisa... O primeiro diretor do Conselho de Pesquisa (o Cisalpina era membro) que nomeei foi um professor muito bom da Veterinária, que havia feito o mestrado em Cornell.

Lançamos o colégio universitário numa velocidade enorme. Muita gente disse que era impossível fazê-lo por causa das contratações. Você lembra do prédio da reitoria? Era um prédio belíssimo e suntuoso. Lançamos o colégio universitário em uma das primeiras construções de tipo pré-moldado que se fez em Minas Gerais. Nós fizemos a Universidade de Belo Horizonte.

De forma que, em seis meses, o colégio universitário estava funcionando, com biblioteca e tudo, laboratório de ciências – que não havia em nenhum colégio de Belo Horizonte. O que era o colégio? Era pegar os alunos do último ano da escola secundária, do científico ou do clássico e levar para lá. No Instituto de História dava aulas a senhora do José Henrique que era professora da Filosofia. (Eles hoje são dos melhores professores de história da universidade). Com a biblioteca, todos os alunos passaram a dar tempo integral.

GEDEC – Como era a seleção dos alunos para o colégio universitário?

A.P. – Fazíamos a seleção dos alunos com uma cota para Belo Horizonte e outra para o interior. Começamos a ver que não podíamos fazer um colégio elitista, no sentido de ter que se escolher bons elementos, teríamos que encontrar um processo. Eu disse: “Bom, não temos processo, então o que fazer? “Mandamos para todas as cidades de Minas Gerais um aviso de que havia 300 vagas para o colégio universitário. Se os alunos não pudessem vir a Belo Horizonte, mandaríamos uma banca examinadora, pelo menos, para

as grandes cidades (Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares, etc.) para selecionar os alunos lá. Aí teríamos uma certa representatividade.

Isso não representava muito, em termos, assim, vamos chamar, de uma democratização do ensino, mas, pelo menos, dava mais oportunidades. Era uma seleção acadêmica porque esse era o nosso processo. Começamos a criar outros testes, por exemplo, com os alunos da psicologia na universidade – os elementos mais jovens. Verificamos o que existia, em testes, em outros países, nos quais pudéssemos incluir criatividade, poder de decisão, essa coisa. Isso não funcionou muito porque não é nada fácil por isso em funcionamento.

GEDEC – O grupo do Besse colaborou com você nisso?

A.P. – Só um pouco. Foram outros professores da Filosofia e da Psicologia. O colégio universitário deu à nossa administração um grande prestígio, porque muita gente não pensava que se podia fazer o colégio. Nesta época, então, eu já estava na universidade há mais ou menos uns seis meses, quando veio então... Deixe-me voltar um pouco atrás.

Quando eu estava na universidade, logo que veio o golpe, começou a haver uma pressão enorme para que a universidade criasse uma comissão de inquérito com a presença de professores. Não aceitei fazer isso em hipótese nenhuma. Disse: “Não faço comissão de inquérito, porque, evidentemente, o primeiro a entrar no inquérito sou eu, porque sou reitor.” Isso, evidentemente, originou essa coisa do Guedes mandar ofício de prisão para os comunistas, etc. Mas fui resistindo. Enquanto isso, outras universidades faziam os inquéritos, aposentavam e afastavam uma série de professores e de alunos, com base nos inquéritos. A universidade não pode...

GEDEC – Houve muitos professores no Brasil afastados assim?

A.P. – Muitos. Demais. As universidades de São Paulo afastaram nessa época mais de 30 professores por indicação da comissão de inquérito. A Universidade do Brasil deve ter aposentado, nessa época mais de...

GEDEC – Essa aposentadoria foi em 1969?

A.P. – Não. Aí é que está a diferença. As aposentadorias de 64 eram de professores, e foram muitas, menos na nossa universidade. Por quê? Exatamente porque não fizemos os inquéritos. Nessa época os militares eram muito ativos e não queriam assumir nenhuma responsabilidade. Eles queriam fazer de conta que o clima era democrático, mas quando a universidade fazia o inquérito e apresentava o resultado, eles diziam: “Não, nós estamos unicamente atuando a pedido da universidade. Eles fizeram o inquérito e indicaram que *a*, *b*, *c*, e *d* são culpados, nós estamos, simplesmente, efetivando aquilo que a universidade indica”.

Evidentemente eu disse não. Não aceitamos esse tipo de coisa. Mas a pressão foi aumentando na universidade até que o Guedes mandou intervir na universidade. Eu estava lá, depois do almoço, quando chegou o Simeão com ajuda dos coronéis, para me comunicar a intervenção. Deve-se reestudar um fato importante: houve um apóio total de Belo Horizonte e de Minas Gerais, muita gente do Brasil, ao reitor da universidade e à instituição.

Os jornais todos de Belo Horizonte, o Magalhães Pinto, governador, o Milton Campos, a Câmara federal – não me lembro agora qual foi o deputado que apresentou moção contra a intervenção na Assembléia Legislativa.

GEDEC – Os setores que resistiram à sua nomeação depois não ficaram contra você?

A.P. – Totalmente contra, inclusive um setor estudantil. Mas há uma coisa engraçada. Por exemplo, eles nomearam uma intervenção na UEE porque haviam fechado UNE, mas não as EUEEs, nem os diretórios. Então puseram um presidente do DCE... quer dizer, fizeram a chamada eleição, mas foi uma eleição farsa.

Acontece que esse pessoal que foi para o DCE não conseguiu fazer oposição à universidade. Eles iam dizer para o Guedes: "Não adianta nada porque os estudantes apóiam o reitor." E, realmente, apoiavam. Eles eram uma cabeça sem corpo, não encontramos, na comunidade estudantil, possibilidades de atuar. E houve grupos, por exemplo, muitos industriais, que fizeram uma comissão muito grande na universidade.

GEDEC – Os industriais?

A.P. – É, os industriais que eram todos dos grupos da direita ao lado de grupos industriais, de comércio, liberais. (Você está lembrando do Antônio Vidigal, do Renato Fausto, do Celso Melo Azevedo? Esses elementos todos apoiavam muito a universidade) Bem, fomos tentando vencer essas... A intervenção depois foi suspensa, o que me deu uma força muito grande.

A intervenção na universidade me possibilitou atuar, procurar fazer uma administração dinâmica na universidade, implementar todas as propostas do projeto. Creio ter sido importante termos feito tudo isso na universidade sem regimento interno e sem modificar o estatuto da universidade.

O estatuto dizia: "Se criarão universidades – os institutos – e os órgãos..." Com base nisso comecei a fazer projetos específicos que levava e aprovava no Conselho Universitário. Eu dizia: "A universidade é autônoma. O Conselho Universitário cria a Faculdade de Educação e autoriza o reitor a nomear o diretor temporariamente até a aprovação no Conselho federal de Educação." E eu criava e nomeava. Criava-se o Instituto de Biologia e fazíamos funcionar, dava-se uma sala na reitoria e o Instituto coordenava aquilo que ainda estava nas escolas. Quer dizer, o Instituto começou a procurar pessoas e formar quadros.

A Faculdade de Educação passou a funcionar na própria faculdade de Filosofia. Criou-se a Faculdade de Comunicações, que depois desapareceu (depois que saí eles voltaram a reforma atrás numa série de coisas). Por exemplo, criamos o Instituto de Química, que deixei funcionando, o de Física, e o de Biologia. Depois eles reuniram o de Física como o de Química e o chamaram de Instituto de Ciência Exatas. Acho que isso foi um erro, e hoje todo mundo concorda comigo. Todo mundo, mesmo os que foram a favor.

GEDEC – Por quê?

A.P. – Problemas de verbas, principalmente. Travou o funcionamento. Porque existe um problema: você não pode funcionar fora da realidade. A cada instituição desses, se destinava uma verba. Eles deveriam ter representação

no Conselho Universitário, para que fossem mais dinâmicos. É um problema político. No fim, podia até criar esse Instituto, já que Física e Química devem atuar juntos; assim como a Biologia também. Mas pode-se argumentar que ficaria muito grande. Agora, uma das coisas importantes é flexibilidade o sistema universitário. Isso não é difícil, desde que se acabe com esta ação burocrática tão intensa do Conselho Federal de Educação. E, como eu dizia, deixamos os institutos centrais funcionando em base relativamente precárias e tudo, mas o de Química e o de Física já estava na Pampulha.

O colégio universitário também, com seu corpo de professores, o reembolsável da universidade; a Fundação Mendes Pimentel, que só existia como idéia, mas que também não funcionou. Ela deveria funcionar como uma fundação, administrativa todos os restaurantes da universidade, os programas de assistência ao estudante (relativamente grande), a farmácia universitária, o laboratório de análises clínicas, a assistência odontológica para professores e funcionários da universidade, o serviço de biometria médica, que não existia antes.

Tudo isso nós criamos através da aprovação no Conselho Universitário de projetos que autorizavam o reitor a criá-los. Essa era a única maneira de fazer a coisa. Então, para isso, usamos uma tática: havia as comissões da universidade, e, sem esconder nada de ninguém, eu ia a todas e estudava com eles lá todos os projetos. Quando ele chegava no Conselho essas comissões já eram defensoras dos projetos. Eles eram aprovados com uma enorme facilidade no Conselho.

E mais ainda? Colocava em funcionamento sem criar leis. Depois que saí fizeram um estatuto da universidade que virou uma camisa de força. Todo mundo luta para sair dela.

Quando a universidade lançara a idéia da implantação de um setor inicial de processamento de dados alugamos da IBM umas tantas horas para fazer a folha de pagamento. Aos poucos fomos conquistando os funcionários da universidade, provando que a implementação de um sistema de processamento de dados não ia desempregar ninguém. No início todo mundo tinha medo de ficar sem emprego. Eu disse: "prometo a vocês, por escrito, que ninguém sai da universidade por causa da implementação desse setor."

Todas essas coisas nós fizemos sem reformar o estatuto da universidade, utilizando o fato do estatuto dizer que a universidade é autônoma. E tudo isso foi aprovado pelo Tribunal de Contas, que devia aprovar as contas do reitor. O Tribunal nunca deixou de aprovar nada.

GEDEC – Como era sua relação com o Ministério da Educação?

A.P. – Muito boa. Com o Suplicy nós ignoramos, Aconteceu o seguinte: além do colégio universitário, dos institutos, fizemos um setor de artes que nunca existira na universidade. Havia uma ou outra exposição, e nós passamos a fazer mais exposições, criamos um coral – que hoje ainda é um dos melhores da universidade – criamos a orquestra. Como?

Aconteceu que eles passaram, para a universidade o serviço de registro de diplomas de todo o estado de Minas Gerais. Então institui uma taxa de dez cruzeiros para que esse registro, em vez de demorar três anos, fosse feito em 48 horas (a não ser em casos especiais, como de documentação incompleta). Naquela época, dez cruzeiros era razoável. E essa verba era para manter o coral e a orquestra.

Dávamos concertos, eles iam para cidades próximas e tudo. E o Suplicy começou a ver a grande presença da universidade. Aí ele foi substituído pelo Aragão, que me apoiou muito. O governo inglês, por exemplo, propôs o colégio técnico para o Brasil, e eu consegui levá-lo para a Universidade de Minas Gerais como uma ajuda de cem milhões de Conselho de Pesquisas. Naquela época isso era muito dinheiro.

GEDEC – Do CNPq?

A.P. – Do CNPq. Não sei se você está informado sobre o colégio técnico.

GEDEC – Não.

I. – O colégio técnico não foi fechado também?

A.P. – Ainda não. O colégio técnico forma técnicos em química, em análises, etc. Mas uma coisa interessante: apesar desse programa não chamar muita atenção, apesar de todos os problemas, foi uma época muito participante da universidade.

Havia sido criado um restaurante na reitoria que nunca funcionou. Eu então abri esse restaurante. Existia também o local para um auditório que não fora instalado. Pensei que a primeira coisa a fazer era me comunicar com o povo. Mandei instalar um auditório muito bonito onde passamos a fazer as solenidades e promover concertos. Tentávamos levar gente para a Pampulha, o que não era fácil. Lembra que para ir lá você tinha quase que

tirar passaporte. Mas conseguimos uma linha, de ônibus para o colégio universitário, e nós a aproveitávamos para levar pessoas para os concertos.

E procuramos também uma efetiva participação também de professores. Comecei a criar uma série de grupos e trabalho, de física, de química, para que o setor de pesquisa colaborasse com o Conselho de Pesquisa da universidade. Cada instituto desse tinha um grupo de estudo de umas quatro pessoas que atuavam e um grupo de mais ou menos 15 para assessorá-las. Deste modo, na chamada reforma da universidade (tenho comigo aí o nome das pessoas) daquela época, participaram, mais ou menos, umas 300 pessoas. Eram 300 pessoas de um grupo de mil, entre os professores mais antigos e os novos. Mas eram sobretudo os novos os que participavam ativamente.

Eu queria que a reforma não regredisse depois que eu saísse. Criamos, por exemplo, a Faculdade de Belas Artes, que não existia antes. Hoje é um dos pontos fortes da universidade. A Escola de Biblioteconomia foi criada; demos grande apóio à Veterinária, comprando, inclusive, uma fazenda que hoje funciona intensamente.

Eu tinha me referido ao problema dos lotes. Durante nosso período, não se vendeu um centímetro quadrado de lote da universidade – não vai aí acusação a ninguém, porque não sei, evidentemente, dos meus colegas que vieram depois de mim (aliás, acho que fizeram boas administrações). Acho que a universidade foi feliz com os reitores que vieram depois de mim. Mas foi um erro vender esse patrimônio da universidade. Por quê?

Porque o governo federal dá sempre verbas para as universidades. Mas a universidade podia, com base exatamente nesse patrimônio, conseguir

empréstimos. Quando eu era reitor nós conseguimos uma ajuda do BID de um milhão de dólares para os laboratórios de física e química, e para construir a Escola de Veterinária. Quer dizer, consegui um milhão de dólares do BID, e o governo federal deu outro milhão de dólares. Ficamos, então, com dois milhões que o governo se comprometeu a dar e deu – à universidade.

GEDEC – Quer dizer, depois do segundo confronto com o governo, logo em 1964, o governo, na realidade, apoiou a universidade?

A.P. – Apoiou definitivamente.

GEDEC – E como é que foi recebido o trabalho de vocês no resto do Brasil?

A.P. – Muito bom.

GEDEC – Havia alguma forma de contato, alguma maneira de vocês mostrarem o que estavam fazendo na universidade?

A.P. – Havia, porque passei a ser convidado para falar. Primeiro porque se criou o Conselho de reitores e eu fui indicado para membro do primeiro conselho que era composto de três pessoas: reitor da PUC, o Padre Laércio, o reitor da Universidade da Bahia, o Miguel Calmon, que tinha sido Ministro da Fazenda, uma pessoa excelente que depois morreu subitamente numa operação. Era muito interessante. Conversamos sobre a Universidade de São Paulo, que é a mais conservadora do Brasil; resistia a qualquer idéia que pudesse flexibilizar a universidade. Na Politécnica, se você falasse com um

professor, ele empolava. E fui falar para eles todos. A Faculdade de Filosofia, inclusive, onde sempre tive muitos amigos.

GEDEC – A Filosofia da Universidade de São Paulo?

A.P. – Isso mesmo. Eles resistiam violentamente, mas eu tinha muitos amigos lá. Eles queriam fazer uma biblioteca de química para a universidade, onde existem coleções excelentes. A Escola de Farmácia tinha uma das melhores bibliotecas de química orgânica, exatamente devido ao Mingoglia. E isso tudo, reunido com a excelente coleção que havia na Faculdade de Filosofia, daria à Universidade de São Paulo, uma biblioteca de química de primeira categoria.

Mas eles não estavam de acordo. Aí um dia fiz uma palestra mostrando o que eles estavam fazendo na Universidade. Publiquei uma série de folhetos. Fizemos dois filmes que vale a pena serem vistos sobre esse trabalho no setor da ciência. Um deles é sobre o colégio universitário, o que era, seu objetivo, e como foi feito. O outro é sobre os institutos centrais. Esses filmes foram mostrados na televisão. Levei-os a vários estados, procurando, exatamente mostrar sua importância. Isto é, a minha idéia era não fazer uma reforma de cima para baixo, uma coisa que tivesse participação da comunidade universitária e da própria comunidade à qual a universidade servia.

Eu tinha *feedback* muito bom de todas as associações. Às vezes as pessoas não sabiam o que era a universidade, mas tinham sensibilidade. Por exemplo, uma das coisas que criamos na universidade, como apoio da própria CEMIG, foi a participação de estudantes em estágios. Quando saí da universidade, deixei 300 estagiários. Eles eram pagos pela universidade –

não era grande coisa – para que eles estagiassem em setores. Por exemplo: estudantes de economia que estagiassem na Faculdade de Ciências Econômicas, ou mesmo fora dela, colaboravam em projetos, em setores. Estudantes de engenharia colaboravam com a própria cidade universitária, seguindo o que estava sendo feito. Foi uma parte muito interessante.

GEDEC – A experiência de Belo Horizonte foi a base para a reforma universitária que se fez depois no Brasil. Sei que você acha que não é isso que deveria ter sido feito. Gostaria então que você contasse primeiramente como é que, da experiência mineira, chegou-se ao nível nacional, e como você a vê.

A.P. – Nós começamos a mostrar ao Brasil o que estávamos fazendo. Fizemos os filmes, mostramos ao Aragão e ao professor Ester, diretor do ensino superior, e ex-reitor do Mackenzie. O Deolindo Couto, presidente do Conselho Federal de Educação, me convidou para apresentar lá esses filmes, Então eles pegaram essa idéia sem realmente fazer um estudo mais profundo, e o Aragão fez um decreto.

GEDEC – Rapidamente.

A.P. – Rapidamente, dizendo “faz isso no Brasil.” Nesse interin, eles contrataram com a AID um estudo, mas depois que o Aragão já tinha baixado dois decretos obrigando no Brasil uma reforma que adotava como bases os institutos centrais, a administração centralizada, essa coisa toda. Isso, para mim, foi muito bom também por outro lado, porque, à medida que comecei a instalar os institutos, começou a surgir resistência daqui e dali.

Enquanto eu estava na universidade, tinha apoio inclusive da comunidade. O sujeito tinha medo de ser contra a reforma porque dizia: “Como vou ser contra se já tomei conhecimento disso?”. No entanto, quando veio o primeiro decreto do Aragão, na hora vimos o problema que ia surgir na transferência de professores de uma escola para outra.

Eu podia transferir as pessoas, mas não era nada fácil. Passar um professor da Ciências Econômicas para o Instituto de Ciências Sociais era muito difícil. Posteriormente, eles trouxeram esse grupo da AID, que fez um programa; em 1967 veio a segunda legislação, propriamente dita, a ser aplicada para todo o Brasil, que é citada sempre.

O decreto do Aragão era aplicado no Brasil todo, a que eu, evidente, faço uma crítica enorme, já que as condições de Belo Horizonte eram – e são – totalmente diferentes das do Amazonas, Piauí, etc. E mais: em algumas regiões, você poderia manter algumas escolas de bom nível, porque não fazia sentido desfazê-las. Uma das coisas que fiz muito – e que agora não estou mais tão convencido se isso, realmente, é válido – foi levar para a universidade as cadeiras de ciências básicas e reuni-las. Isso significava uma grande economia. Mas, se você tem uma escola de alto padrão, acho que uma das funções importantes da universidade é manter o chamado *“scholarship”*. Fazer gente muito boa. Evidentemente, não é a única, mas é das mais importantes. Outra função é preparar elementos para a comunidade em vários setores e, inclusive, preparar os medíocres também. Nem todos podem, é claro, ser excelentes, mas a excelência é importantíssima. A universidade não pode abrir mão de preparar os muito bons, e, às vezes, você está desfazendo uma escola excelente se transferi-la. Se ela é excelente, não vejo razão nenhuma para desmantelá-la só porque com isso haverá economia de laboratório.

Acho que se deve manter a excelente e dar apoio total pra que ela se mantenha assim. Acho que isso é muito importante, e nisso eu não pensei. Por exemplo, a Escola de Ciências Econômicas já estava em declínio, não é?

GEDEC – É, o curso de sociologia fora liquidado pela fusão.

A.P. – Exato. Essa é a crítica que faço a mim mesmo, no sentido de que devia ter preservado aquele setor, podia ter mantido esse *scholarship*. Ali havia uma massa crítica que não valia a pena diluir. Acho que se podia fazer o seguinte: pegar o grupo da Filosofia, apoiá-lo e procurar melhorá-lo em termos do Instituto de Ciências Sociais, e transformá-lo, por exemplo, na London School of Economics. Esta é, realmente, uma escola muito boa de economia, mas também uma excelente faculdade de direito, de letras, e é uma das melhores escolas de educação da Inglaterra.

GEDEC – O Conselho Federal de Educação, pelo que você descreve, não tinha quase poder nenhum de interferência sobre o trabalho. Acho que, com o tempo, você aumentou a capacidade do Conselho interferir na universidade.

A.P. – Total. Houve coisas. Primeiro, a universidade perdeu totalmente a sua autonomia. A universidade brasileira está sob intervenção. Duas intervenções: a do Conselho Federal de Educação, e a militar. A intervenção do Conselho é uma intervenção acadêmica. A universidade, hoje, não pode ter seus próprios currículos. Aquele que fiz, por exemplo, ele não permitiria de maneira nenhuma.

O estatuto dizia: “A universidade, com a lei do Congresso, é autônoma, tem autonomia administrativa, didática e econômica, de acordo com a legislação brasileira.” Não havia nenhuma legislação que dissesse que eu não podia fazer o que fiz. Mas o Conselho Federal de Educação passou a exigir a aprovação, inclusive, dos currículos, da pós-graduação, essa coisa toda. Depois veio o Governo e fez a intervenção administrativa. Todo professor passou a depender do DASP. Até para nomear um simples porteiro era preciso licença no SNI.

Depois que saí, houve uma mudança sensível. Houve uma grande intervenção do Conselho Federal de Educação, o que, no meu modo de entender, é um erro muito grave. A abertura política no Brasil vai ser um problema muito sério. Existe hoje uma população universitária de quase um milhão e meio de estudantes, e muitas universidades não têm qualidade; elas estão pouco financiadas. À medida que houver mais presença popular, os setores, por exemplo, de saúde, de assistência social, vão, cada vez mais, pedir mais orçamento. E esse orçamento não vai sair dos ministérios de Defesa de maneira nenhuma; nem da Agricultura, porque o Brasil precisa, cada vez mais, fazer inversão nesse setor; nem da Indústria, que também tem um orçamento relativamente pequeno. De que ministério vai sair então? A universidade vai sair do Ministério da Educação.

Soube, aliás, que o Governo já baixou um decreto aí, dando prioridade total ao ensino primário. Acho razoável, mas eu a daria ao ensino pré-primário. Acho que o grande problema de países como o nosso é dar um grande apoio ao ensino pré-primário, em que se alimenta o menino, oferece-lhe possibilidade de ter um mínimo para competir na universidade meritocrática, como ainda é a nossa. A nossa universidade já saiu do elitismo, mas ainda é meritocrática.